



**Suélvia dos Santos Reis Nemi**

**Mediação local como método alternativo  
de resolução de conflitos e de construção  
da paz sustentável: o caso da Líbia**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre (Opção  
profissional) pelo Programa de Pós-Graduação em  
Análise e Gestão de Políticas Internacionais da  
PUC-Rio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Máira Siman Gomes

Rio de Janeiro  
Outubro de 2022



**Suélvia dos Santos Reis Nemi**

**Mediação local como método alternativo de  
resolução de conflitos e de construção da  
paz sustentável: o caso da Líbia**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Análise e Gestão de Políticas  
Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão  
Examinadora abaixo.

**Prof<sup>a</sup>. Maíra Siman Gomes**

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Marta Regina Fernandez Y Garcia**

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Raquel Bezerra Cavalcanti Leal de Melo**

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

## **Suélvia dos Santos Reis Nemi**

Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG). MBA em Relações Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP).

### Ficha Catalográfica

Nemi, Suélvia dos Santos Reis

Mediação local como método alternativo de resolução de conflitos e de construção da paz sustentável : o caso da Líbia / Suélvia dos Santos Reis Nemi ; orientadora: Maíra Siman Gomes. – 2022.

86 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2022.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Resolução de conflitos. 3. Mediação local. 4. Construção da paz. 5. Líbia. I. Gomes, Maíra Siman. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

À Deus e à Nossa Senhora, acima de tudo.

Aos meus pais, exemplos de vida, meu porto seguro e a quem admiro  
e agradeço, profundamente, por tudo o que sou.

À minha filha, minha estrela-guia, meu orgulho e fonte de inspiração.

Ao meu marido, incentivador, apoiador e companheiro de vida.

Aos meus irmãos, apoio e presença em minha vida.

Aos meus sobrinhos e à minha cunhada, afeto constante.

## **Agradecimentos**

À minha competente e dedicada orientadora pelos valiosos ensinamentos ministrados durante o curso e na orientação desta dissertação.

Às ilustres professoras componentes da banca examinadora, pela honrosa aceitação do convite.

Aos professores que fizeram parte dessa jornada, em especial, Máira Siman, Marta Fernandez, Andréa Hoffman, Paulo Esteves, Carolina Salgado, Conor Foley, Manuela D' Ávila, os quais me prepararam, academicamente, para Análise e Gestão de Políticas Internacionais.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

## Resumo

Nemi, Suélvia dos Santos Reis; Gomes, Maíra Siman. **Mediação local como método alternativo de resolução de conflitos e de construção da paz sustentável: o caso da Líbia.** Rio de Janeiro, 2022. 86p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Os conflitos armados contemporâneos vêm desafiando os estudos de Resolução de Conflitos no que tange aos meios e métodos empregados, dentre os quais a mediação é um dos mais utilizados na contemporaneidade. O presente trabalho discute a necessidade de mudança de paradigma no tocante ao enfoque da mediação internacional. Argumenta-se que, dadas as particularidades dos conflitos armados contemporâneos, envolvendo diversos atores, nacionais e internacionais, e variadas causas raízes, muitas delas originadas do colonialismo e do processo de descolonização, a mediação internacional, implementada, tradicionalmente de forma *top-down*, em torno das grandes mesas de negociações e envolvendo autoridades e mediadores internacionais, por si só, não se tem mostrado suficiente para a construção da paz sustentável. Neste diapasão, este estudo visa refletir sobre a chamada “mediação local” como meio alternativo de resolução pacífica de conflitos, principalmente, no contexto de disputas localizadas em Estados de grande fragilidade institucional. Ademais, no estudo de caso, discute-se o conflito na Líbia, país que atravessa uma crise de alcance transnacional e de proporções severas há mais de uma década, nos setores político, econômico-financeiro, social e de segurança, decorrentes de duas guerras civis sucessivas, iniciadas no contexto da Primavera Árabe. A partir do caso estudado, conclui-se que, em conflitos prolongados e complexos, a mediação local pode se constituir como meio mais adequado para iniciar um processo de construção da paz, servindo para fortalecer a mediação internacional de âmbito nacional, cujos acordos só conseguem ser implementados se houver adesão no nível subnacional.

## Palavras-chave

Resolução de Conflitos; Mediação Local; Construção da Paz; Líbia.

## Abstract

Nemi, Suélvia dos Santos Reis; Gomes, Maíra Siman (Advisor). **Local mediation as an alternative method of conflict resolution and sustainable peace building: the case of Libya**. Rio de Janeiro, 2022. 86p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Contemporary armed conflicts have been challenging Conflict Resolution studies regarding the means and methods used, among which mediation is one of the most used in contemporary times. This paper discusses the need for a paradigm shift regarding the approach to international mediation. It is argued that, given the particularities of contemporary armed conflicts, involving various actors, national and international, and various root causes, many of them originating from colonialism and the decolonization process, international mediation, traditionally implemented in a top-down, around large negotiating tables and involving international authorities and mediators, by itself has not proved to be sufficient for the construction of sustainable peace. In this vein, this study aims to reflect on the so-called “local mediation” as an alternative means of peaceful conflict resolution, especially in the context of disputes located in States with great institutional fragility. In addition, the case study discusses the conflict in Libya, a country that has been going through a crisis of transnational scope and severe proportions for more than a decade, in the political, economic-financial, social and security sectors, resulting from two successive civil wars, initiated in the context of the Arab Spring. Based on the case studied, it is concluded that, in prolonged and complex conflicts, local mediation can be the most appropriate means of initiating a peacebuilding process, serving to strengthen international mediation at the national level, whose agreements can only be implemented if there is buy-in at the subnational level.

## Keywords

Conflict Resolution; Local Mediation; Peace Building; Libya.

## Sumário

1. Conflitos armados contemporâneos e a mediação como forma alternativa de resolução de conflitos .....	9
1.1. Introdução .....	9
1.2. Conceitos, tipologias e debates centrais .....	11
1.3. Críticas e desafios.....	20
2. A mediação local e a paz sustentável .....	27
2.1. Aspectos relevantes da mediação local .....	27
2.2. Paz sustentável .....	33
3. A crise na Líbia e a precariedade da reestruturação de um Estado em conflito por meio da mediação exclusivamente internacional.....	38
3.1. Antecedentes históricos .....	38
3.2. Primeira Guerra Civil .....	39
3.3. Segunda Guerra Civil .....	42
3.4. Falhas da mediação exclusivamente internacional e desafios para construção da paz.....	47
4. Um novo olhar para a construção da paz: a experiência líbia com instituições locais .....	57
4.1. A sociedade líbia e as instituições locais .....	57
4.2. Mediação local e governança horizontal .....	60
5. Conclusão .....	66
6. Referências bibliográficas .....	70



# 1. Conflitos armados contemporâneos e a mediação como forma alternativa de resolução de conflitos

## 1.1. Introdução

Historicamente, os estudos de Segurança Internacional e Resolução de Conflitos emergiram, centrados nas disputas entre as potências europeias ou na intervenção das mesmas em Estados sob os seus domínios e influência, caracterizando um eurocentrismo na produção de conhecimento teórico e *expertise* prática nesses campos. Com o advento das Grandes Guerras, o eurocentrismo passou a incorporar outros países fora da geografia europeia, o chamado “Norte Global”.

Após a Segunda Guerra Mundial, imperou na política internacional o sistema bilateral gerado pela Guerra Fria entre os EUA e a URSS, com a formação de coalizões concorrentes, lideradas por esses dois pólos antagônicos de poder. No mesmo período, as antigas ex-colônias, componente do eixo sul, travavam violentas lutas de libertação nacional. Vale ressaltar que os Estudos de Segurança Internacional, delineados pela lente eurocentrista, enxergavam essas lutas por autodeterminação como um apêndice das disputas guerreadas entre as grandes potências. A própria constituição dos novos Estados está relacionada com o colonialismo, responsável pela delimitação de fronteiras artificiais para formação desses novos países a fim de atender aos interesses imperialistas. Disso resultou a criação de nações multiétnicas com pluralidade identitária ou pluridentitárias e problemas de instabilidade da autoridade central. O contraponto ao viés eurocêntrico veio apenas com o surgimento da Teoria Crítica e dos Estudos Críticos de Segurança (*Critical Security Studies*) e Estudos Pós-Coloniais (*Post-Colonial Studies*), que passaram a dar visibilidade aos países do Sul Global.

Com o fim da Guerra Fria, os conflitos armados passaram de guerras internacionais, envolvendo apenas atores estatais para conflitos locais, comumente chamados de “novas guerras”, que ultrapassam as fronteiras dos Estados e envolvem outros atores, os chamados conflitos armados transnacionais ou contemporâneos, a maioria deles em curso nos países do Sul Global. Dentro do viés eurocentrista e da visão hegemônica colonialista, a comunidade internacional legitimou a intervenção nesses países, seja militarmente sob o manto da

Responsabilidade de Proteger; seja através das operações de paz das Nações Unidas com vistas à implementação da paz liberal ou democrática; ou, ainda, por meio das missões de paz híbridas da ONU, com mandatos de maior robustez.

A mediação está prevista no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas como um dos meios de solução pacífica de controvérsias, passando a ser largamente utilizada pelos atores internacionais para resolução dos conflitos armados, em desenvolvimento nos países do Sul Global. Essa mediação, entretanto, era – e ainda é – limitada ao âmbito nacional, envolvendo somente as partes principais do conflito, as elites locais e os interesses geopolíticos de Estados estrangeiros. Na década de 1990, em oposição ao universalismo e à hegemonia ocidentais, uma nova teoria foi concebida, intitulada de “virada local”, por meio da qual prega-se a transformação do conflito para a construção de uma paz duradoura. Uma década depois, a recorrência dos conflitos armados expôs as falhas e as dificuldades da mediação internacional para a construção da paz de forma *top-down*, ensejando um revisionismo radical na teoria da virada local, que passou a ser identificada como a resistência local aos conceitos de paz liberal e democrática e à intervenção de atores internacionais nos processos de construção da paz.

Este trabalho pretende mostrar que, dadas as particularidades dos conflitos armados contemporâneos, envolvendo diversos atores, nacionais e internacionais e variadas causas-raízes, muitas delas originadas do colonialismo e do processo de descolonização, a mediação internacional, implementada tradicionalmente de forma *top-down*, em torno das grandes mesas de negociações e envolvendo autoridades e mediadores internacionais, por si só, não tem se revelado suficiente para a construção da paz sustentável em contraposição à mediação local, a qual tem o condão de constituir o meio mais apropriado para a resolução de conflitos e construção de uma paz sustentável, especialmente, em Estados com crises prolongadas e tecido social rompido, como é o caso da Líbia.

Além disso, o trabalho busca mostrar também que a mediação local pode propiciar o estabelecimento de uma governança horizontal, apta a possibilitar a reconciliação e a formação de uma coesão social, vindas de baixo para cima e capazes tanto de sustentar os acordos de nível nacional, quanto fortalecer o Estado, contrastando com a governança vertical, que, do mesmo modo que a mediação internacional, é imposta à população pela elite política e pelos mediadores do estrato 1 e que, por tal razão, encontra muita dificuldade para reestruturar o Estado.

Sob essa ótica, o capítulo 1 adentra na seara dos conflitos armados contemporâneos e da mediação como método alternativo de solução de conflitos para, no capítulo seguinte, serem abordadas a mediação local e a paz sustentável, valendo-se do debate em torno da virada local com apresentação de mecanismos locais, formais e informais, de construção da paz. O capítulo 3 foi dedicado ao estudo de caso, que é a crise da Líbia, país devastado por duas guerras civis sucessivas e que, desde 2011, vem passando por várias tentativas de mediação, intermediadas por diversos atores externos, levantando-se, a partir disso, a questão acerca da precariedade da reconciliação nacional e da reestruturação do Estado, por meio da abordagem, exclusivamente, internacional.

O capítulo 4 traz um novo olhar para a construção da paz por meio da experiência líbia com instituições locais, concluindo-se, ao final, que a mediação local é a mais propícia para iniciar e manter um processo de construção da paz, incluindo a fase do pós-conflito, servindo, inclusive, para fortalecer os trabalhos da mediação internacional de âmbito nacional até mesmo porque não se defende aqui a exclusividade da mediação local, mas a sua prevalência sobre a de nível nacional nos processos de construção da paz, além de se refutar a exclusividade da mediação internacional. Por fim, conclui-se que a mediação local e a governança horizontal oportunizam a formação de uma reconciliação nacional e uma coesão social de modo a reestruturar o Estado, constituído como autoridade central interna já existente e externa, essa última dentro do sistema internacional, bem como possibilitar o surgimento de uma paz sustentável.

## **1.2. Conceitos, tipologias e debates centrais**

O fim do sistema bipolar que dominou o período da Guerra Fria entre EUA e URSS revelou mudanças na estrutura dos conflitos armados, passando de guerras interestatais para conflitos intraestatais com participação de atores não estatais. Mary Kaldor distingue os conflitos armados em “velhas guerras” e “novas guerras”, atribuindo como características definidoras dessas últimas uma violência organizada e uma política de identidade, vindas de cima de baixo (conexões transnacionais) e de baixo para cima (local), respectivamente, no contexto do processo de globalização e na privatização da violência que corrói a autonomia do

Estado<sup>1</sup>. Embora essa perspectiva tenha sido contestada e complexificada, importa notar que o reconhecimento dessas “novas guerras” impactou nas práticas de intervenção ou de resolução de conflitos, empregados pela comunidade internacional.

Arthur Boutellis, Delphine Mechoulan e Marie-Joëlle Zahar, definem os conflitos armados contemporâneos como uma “*violência organizada em dois ou mais lados dentro de um estado soberano, no qual elementos estrangeiros desempenham um papel instigante, prolongando ou exacerbando a luta*”<sup>2</sup>. Em um relatório, elaborado no ano de 2015, o então Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon, acentuou que os conflitos armados contemporâneos envolvem aumento da regionalização e da internacionalização do conflito, bem como do número de grupos extremistas violentos; multiplicação e fragmentação dos atores envolvidos e violações generalizadas do direito internacional humanitário e dos direitos humanos (Boutellis, Mechoulan e Zahar, 2020).

Destarte, os conflitos armados contemporâneos podem ser conceituados como sendo aqueles originados por disputas domésticas por poder ou recursos naturais, normalmente decorrentes de divisões internas de natureza identitária, ultrapassando as fronteiras do Estado, por envolver interesses e atores externos, que os alimentam, tornando-os transnacionais.

Cumprе mencionar que, inobstante os acalourados debates acadêmicos acerca da falência estatal, convém pontuar que não é incomum a constatação da ausência do Estado<sup>3</sup> nessas “novas guerras”, principalmente, quando prolongadas e consideradas intratáveis<sup>4</sup>. À propósito, Boutellis, Mechoulan e Zahar aduzem que

<sup>1</sup> Kaldor, Mary. *New and Old Wars. Organised Violence in a Global Era*. Third Edition. Polity Press. 2012. UK.

<sup>2</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulan, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. *Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes*. International Peace Institute, December 2020.

<sup>3</sup> Michael Butler assevera que, nas novas guerras, grupos sub-estatais, com o apoio transnacional, buscam contestar e enfraquecer a autoridade do Estado. Como consequência, “*a coesão nacional e a fidelidade pessoal ao Estado declinam, o que, por sua vez, mina ainda mais a capacidade do Estado e, por extensão, a coesão e a lealdade. Em tal contexto, é natural que os indivíduos busquem outras fontes tanto de segurança quanto de reforço de identidade. Dessa forma, identidades étnicas, religiosas ou outras ‘primordiais’ servem como substitutos atraentes para a identidade nacional, uma fonte de identidade intimamente associada ao Estado cuja capacidade está em declínio*”. Butler, Michael J. *International Conflict Management*. Routledge, pg.64-79. London. 2009.

<sup>4</sup> Conflitos intratáveis (*intractable conflicts*) são assim considerados os conflitos sociais prolongados (*protracted conflicts*). Estão, geralmente, associados à pobreza, à desigualdade, à negação de direitos humanos básicos, às questões geopolíticas e à polarização identitária. Herz, Mônica. Siman, Maíra.

quando o Estado é ausente as disputas pelo poder político, econômico ou militar, dentro ou fora das comunidades, no âmbito local ou nacional, impactam, sobremaneira, o setor da segurança, desestabilizando ainda mais o país e abrindo um flanco tanto para forças externas quanto para grupos extremistas transnacionais agirem dentro dele<sup>5</sup>. Outro fator, por eles apresentado é que, muitas vezes, os conflitos locais e os nacionais se retroalimentam, ou seja, atores locais utilizam-se do conflito nacional para amplificar ou reformular suas lutas - a chamada “glocalização do conflito” -, enquanto atores nacionais tendem a formar alianças com atores locais no intuito de utilizarem esses conflitos para instrumentalização das lutas nacionais.

Ainda que passando ao largo de considerações mais profundas sobre o debate acerca da falência estatal por não ser o foco deste trabalho, não se pode deixar de pontuar que, quando o Estado perde sua autoridade e deixa de exercer suas competências<sup>6</sup> dentro do território ou quando ele próprio é o causador dos conflitos, o nível de fragmentação interna e o número de atores e grupos armados envolvidos aumenta, assim como a longevidade da crise. A isso acrescenta-se um aumento no déficit do setor de segurança, abrindo espaço para a atuação de grupos ilícitos e extremistas em busca de domínio territorial e recursos econômicos, dificultando, sobremaneira, a resolução da crise<sup>7</sup>.

Um ponto relevante quanto a esses novos conflitos armados diz respeito à algumas similitudes encontradas em países assolados por guerras civis transnacionais. Com efeito, observa-se que elas tendem a ocorrer, na sua grande maioria, em países do Sul Global, remontando a questões oriundas e não tratadas dos processos de colonização e descolonização, que acabaram gerando problemas identitários, o que, para determinados autores, explicaria, em certos casos, a

---

Drumond, Paula. *Mediação Internacional*, nota na pg. 133 e pg. 325. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

<sup>5</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulam, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. *Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes*. International Peace Institute, December 2020.

<sup>6</sup> Francisco Resek destaca que “*Estados soberanos, em regra, detêm sobre seu suporte físico – territorial e humano a exclusividade e a plenitude das competências*”. Rezek, Francisco. *Direito Internacional Público. Curso Elementar*. Editora Sraiva Júnior. 17ª Edição. 2018.

<sup>7</sup> Wanis-St. Anthony John e Suzanne Ghais afirmam que “*a construção do Estado agora é vista como um componente importante da prevenção de conflitos e construção da paz*”. Wanis-St. John, Anthony. Ghais, Suzanne. *International Conflict Resolution: From Practice to Knowledge and Back Again*.

longevidade e a recorrência dos conflitos. Nesta seara, existe um entendimento na literatura especializada de que alguns Estados em conflitos contemporâneos compartilham de um cenário doméstico com condições objetivas semelhantes, como já foi observado por Anthony Wanis-St. John e Suzanne Ghais, os quais elencam diversas causas ou condições subjacentes às guerras civis, quais sejam, mobilização étnica, pobreza, desintegração de impérios ou grandes Estados multiétnicos, Estados fracos, ideologias ou sistema de crenças, ódios ancestrais, guerras anteriores<sup>8</sup>.

Vale ressaltar que tal perspectiva é criticada por atores pós-coloniais que argumentam como as interpretações dominantes sobre a origem e evolução dos conflitos armados contemporâneos, focadas na falência estatal, ao mesmo tempo que silenciam a cumplicidade dos Estados colonizadores nesses processos históricos de violência e dominação, reforçam uma visão hierarquizada e excludente da política internacional, na qual cabe aos Estados do Norte, vistos como modernos e civilizados, “corrigirem os rumos” dos Estados do Sul.<sup>9</sup> Dentro dessa lógica, legitima-se a intervenção da comunidade internacional a partir de meios pacíficos de solução de controvérsias que, como previstos no Capítulo VI da Carta da ONU, incluem a mediação.<sup>10</sup>

De acordo com as Nações Unidas,<sup>11</sup> a mediação é um “*processo no qual um terceiro auxilia as partes em disputa, com seu consentimento, para prevenir, gerenciar ou resolver uma disputa, ajudando-as a desenvolver acordos mutuamente aceitáveis*”, conceito repisado por Jonas Baumann e Govinda Clayton<sup>12</sup>. Saadia Touval e William Zartman a definem como sendo “*um processo de negociação assistida por uma terceira parte, que é aceita pelos atores para atuar como intermediária nas negociações,*” transformando “*a relação bilateral de*

---

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> Bilgin, Pinar. Morton, Adam David. From ‘Rogue’ to ‘Failed’ States? The Fallacy of Short-termism Politics: 2004 Vol 24(3), 169–180. Political Studies Association, 2004. Published by Blackwell Publishing Ltd, 9600 Garsington Road, Oxford OX4 2DQ, UK and 350 Main Street, Malden, MA 02148, USA.

<sup>10</sup> A mediação encontra-se regulamentada pela Resolução da AGNU de n. 283, de 28 de julho de 2011 (A/RES/65/283).

<sup>11</sup> United Nations Guidance for Effective Mediation. 2012.

<sup>12</sup> Baumann, Jonas. Clayton, Govinda. Mediation in Violent Conflict. CSS Analyses in Security Policy. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Christian Nünlist. N. 211, June 2017.

*barganha em uma estrutura triangular*”<sup>13</sup> e José Pascal da Rocha a sintetiza como uma negociação assistida.<sup>14</sup> Jacob Bercovitch assevera que a mediação consiste em “*uma interação, dinâmica e complexa, entre mediadores, dotados de recursos e interesses no conflito ou em sua resolução, e os protagonistas e seus representantes*”<sup>15</sup>. Jonas Baumann e Govinda Clayton, por sua vez, distinguem a mediação da diplomacia de alto poder, ressaltando que, nessa última, o conteúdo do acordo de paz é moldado e ditado por uma terceira pessoa, podendo haver oferta de incentivos positivos, como concessões de ordem política ou ajuda financeira ou de incentivos negativos, como sanções ou ameaças militares<sup>16</sup>.

A mediação possui características próprias que a distingue dos demais meios pacíficos de resolução de conflitos como sua *natureza tríade*, que pressupõe a presença de partes antagônicas e de uma terceira pessoa, podendo ser um indivíduo, um Estado, organizações governamentais, intergovernamentais ou não governamentais; *voluntariedade*, no que diz respeito à sua utilização por meio da solicitação de uma ou de mais partes ou a aceitação por elas do uso desse meio e do mediador, assim como pela titularidade dos acordantes aos termos do acordo e, por fim, a *não vinculação*, o que implica dizer que nem os beligerantes nem qualquer outra pessoa ou instituição estão vinculados ao cumprimento de eventual acordo.<sup>17</sup>

Concernente à finalidade, além de constituir um meio de resolução de conflito, a mediação pode ser usada também para prevenir contendas; evitar a escalada da violência ou da disputa; obter um cessar-fogo duradouro ou temporário para fins humanitários; tratar as causas raízes do conflito para construção de uma paz sustentável ou dirimir divergências ou dificuldades na implementação de um

<sup>13</sup> Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. *Mediação Internacional*, pg. 20. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

<sup>14</sup> Rocha José Pascal da. *Inclusion of Civil Society into Track 1 Peace Processes: Experiences, Approaches and Participatory processes*.

<sup>15</sup> Essa definição apresenta características encontradas nas mediações internacionais. Bercovitch, Jacob. *A mediação em conflitos internacionais. Panorama teórico e revisão das práticas*, pg. 31. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. *Mediação Internacional*. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

<sup>16</sup> Baumann, Jonas. Clayton, Govinda. *Mediation in Violent Conflict. CSS Analyses in Security Policy*. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Christian Nünlist. N. 211, June 2017.

<sup>17</sup> Bercovitch, Jacob. *A mediação em conflitos internacionais. Panorama teórico e revisão das práticas*. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. *Mediação Internacional*. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

acordo de paz, podendo ser aplicada em vários estágios do ciclo do conflito, inclusive, após a cessação oficial das hostilidades (Baumann e Clayton, 2017).

Em termos de conteúdo, a mediação pode abordar questões políticas, em sentido estrito, econômicas, sociais, culturais, identitárias e outras, sendo certo que a sua eficácia será proporcional ao alcance e à profundidade da sua abordagem. Sob uma perspectiva ou outra, o elemento político, *lato sensu*, é intrínseco à mediação, independentemente de quem seja o mediador e da sua imparcialidade, bem como das ferramentas de abordagem por tratar de práticas que envolvem relações humanas e questões afetas à sociedade<sup>18</sup>.

Um estudo feito por Jacob Bercovitch<sup>19</sup>, no ano de 1996, tomando como ponto de referência o período pós Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1990, apontou a existência de 241 disputas internacionais, das quais 145 foram mediadas, representando 60% dos casos, com um número total de 593 mediações realizadas. Em complementação, Jonas Baumann e Govinda Clayton<sup>20</sup> revelaram, em 2017, que a partir da década de 1990, 71% dos conflitos foram, ao menos, oficialmente, resolvidos sob alguma das formas de intervenção de terceiros. Dentro desses resultados, é salutar a constatação de Roger Mac Ginty<sup>21</sup> de que “*muitos programas de construção da paz são medidos de acordo com métricas distorcidas que enfatizam a quantidade de entrega em vez da qualidade*”, o que pode ocasionar a recorrência dos conflitos.

Quanto aos tipos, a mediação não possui uma categorização unânime, embora existam semelhanças nas diversas classificações teóricas. Para Kenneth Kressel, a mediação pode ser *reflexiva*, voltada para a descoberta das questões que

<sup>18</sup> Nesta linha de pensamento, convém ressaltar que consoante Aristóteles, o homem é um sujeito social e um ser político. Duguit, León. Fundamentos do Direito. Tradução Márcio Pugliese. Editora Ícone. 2ª Edição. 2006. No mesmo sentido, Bercovitch afirma que o relacionamento entre mediador e partes nunca é totalmente desassociado de interesse político. Bercovitch, Jacob. A mediação em conflitos internacionais. Panorama teórico e revisão das práticas, pgs. 32/33. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

<sup>19</sup> Bercovitch, Jacob. A mediação em conflitos internacionais. Panorama teórico e revisão das práticas, pgs. 32/33. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

<sup>20</sup> Baumann, Jonas. Clayton, Govinda. Mediation in Violent Conflict. CSS Analyses in Security Policy. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Christian Nünlist. N. 211, June 2017.

<sup>21</sup> Mac Ginty, Roger. Governance and negotiations: whose quality standards? Joshi, Madhav. Wallenstein, Peter. Understanding Quality Peace. Peacebuilding After Civil War. 2018.



geram o conflito e a facilitação das interações entre as partes; *não diretiva*, aquela que serve para produzir um clima favorável para a mediação; e *diretiva*, que busca promover resultados específicos (Bercovitch, 1997). Saadia Touval e William Zartman categorizam as técnicas de mediação de acordo com a seguinte trilogia: comunicação (*abordagem facilitadora*); formulação (*abordagem propositiva*) e manipulação (*abordagem intrusiva*), cabendo ao mediador utilizá-las de acordo com a natureza, o tempo do conflito e os objetivos da mediação; também, consideram o *status* e os recursos do mediador, assim como as relações entre as partes conflitantes (Bercovitch, 1997). Peter Carnevale, por sua vez, divide as técnicas de mediação em *estratégias de integração*, que buscam pontos de consenso; *estratégia de pressão*, voltadas para a redução do escopo das alternativas; *estratégias de compensação* na qual aumenta-se a atratividade para uma determinada alternativa de acordo; e *estratégias de inação*, quando o mediador deixa as partes conflitantes livres na busca de soluções para resolução do conflito (Bercovitch, 1997).

No que tange às etapas, Louis Kriesberg<sup>22</sup> aponta quatro principais estágios da mediação: a) *preparação*, no qual as partes são identificadas, podendo haver diálogos informais a fim de servirem de balizadores para a próxima fase; b) *início*, que é quando começa formalmente a mediação, sendo considerada uma das fases mais importantes haja vista que uma abordagem equivocada por parte do mediador com relação às partes, ao tema e ao formato da mediação pode arrefecer o diálogo ou eventuais propostas dos contendores; c) *negociação*, momento em que o mediador gerencia a mediação, apresentando as propostas ofertadas por cada parte. Nessa fase, a figura do mediador é fundamental pois ele é quem vai conferir legitimidade às propostas e às alternativas lançadas; d) *implementação*, quando o acordo é colocado em prática, dependendo muito, para sua eficácia, de como ele foi conduzido, da legitimidade e credibilidade do mediador e da aceitação das partes e dos demais interessados (Herz, Siman e Drumond, 2016).

O suporte de comunicação oportunizado pela mediação é fundamental para evitar ruídos entre as partes, que possam obstar a assinatura de um acordo. Em

---

<sup>22</sup> Kriesberg, Louis. Tipos de mediação e de mediadores nas relações internacionais. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

função disso, a regra é que o mediador seja um facilitador, iniciando ou restaurando diálogos entre as partes a fim de viabilizar a celebração de um acordo para restauração da paz (Herz, Siman e Drumond, 2016); aumentando o fluxo de informações entre elas; prestando-lhes suporte de comunicação e ajudando as partes a identificarem os pontos de tensão a fim de que elas próprias possam encontrar uma solução adequada para o conflito.

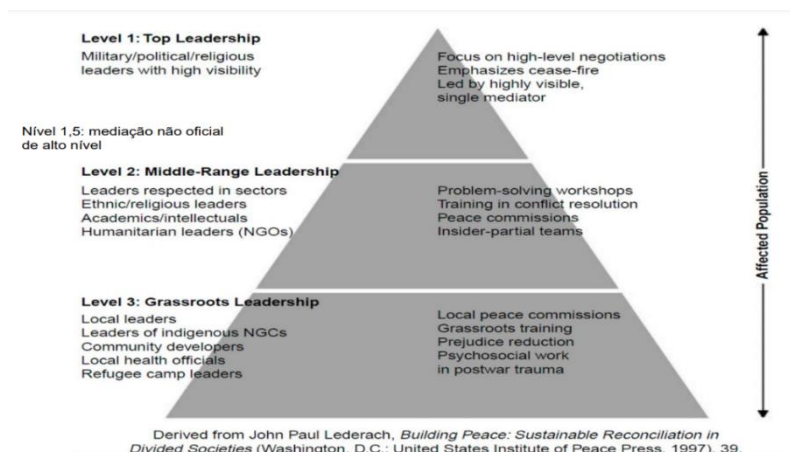
Jacob Bercovitch sustenta que, nos conflitos de baixa intensidade, o mediador deve trabalhar com estratégias de comunicação, ao passo que, nos de alta intensidade<sup>23</sup>, ele deve atuar de forma mais ativa no processo de paz. Isso implica na adoção da técnica diretiva, consoante a qual o mediador conduz o processo, visando uma rápida solução para a contenda. Nessas situações, ele gere o acesso das partes às informações, define os pontos a serem abordados e apresenta soluções; além disso, pode moldar o ambiente, o tempo e a ordem das discussões, embora não dite o conteúdo do acordo<sup>24</sup>, sob pena de desnaturar a mediação, que, em última análise, é um meio de solução de conflito no qual, necessariamente, a participação e a vontade das partes devem prevalecer.

John Paul Lederach classifica a mediação em faixas de acordo com uma pirâmide, conforme figura abaixo, na qual o estrato 1 encontra-se no topo, onde acontecem as deliberações de nível nacional com influência e repercussões geopolíticas internacionais; no meio está o estrato 2 com deliberações subnacionais e na base situa-se o estrato 3, que é onde acontece a mediação local.

---

<sup>23</sup> Embora Jacob Bercovitch não traga, no texto, a definição da intensidade de um conflito, Michael Butler aduz que, de acordo com o estudo sistemático de padrões agregados de conflito armado, uma das métricas da intensidade de um conflito são as mortes por ele ocasionadas, seja de combatentes seja de civis. Butler, Michael J. *International Conflict Management*. Routledge, pg.64-79. London. 2009.

<sup>24</sup> Bercovitch, Jacob. A mediação em conflitos internacionais. Panorama teórico e revisão das práticas, pg. 40. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. *Mediação Internacional*. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.



Mônica Herz, Maíra Siman e Paula Drumond<sup>25</sup>, seguindo a divisão da mediação em *tracks*, apresentada por James Taulbee e Marion Creckmore Júnior<sup>26</sup>, explicam que a *track* I é a desenvolvida por diplomatas, chefes de Estado, funcionários do governo, todos em situação de representação oficial de um Estado ou ainda por Organizações intergovernamentais, globais ou regionais. Na *track* II encontram-se atores não oficiais, como organizações não governamentais, instituições religiosas, personalidades públicas, ativistas, acadêmicos e outros, integrando o que elas classificam como diplomacia cidadã.

No campo da Resolução de Conflitos e da Construção da Paz (*peacebuilding*) não faltam atizados debates sobre a natureza da paz e o âmbito do seu processo de construção. A partir da década de 1990, com o fim da Guerra Fria, a eclosão de guerras civis no Sul Global e a instituição da Agenda das Nações Unidas para a Promoção da Paz (1995), John Paul Lederach, opondo-se ao universalismo embutido nos conceitos ocidentais de paz liberal e democrática<sup>27</sup>, desenvolveu uma teoria crítica aos processos de *peacemaking* promovidos pela ONU para resolução dos conflitos armados, intitulada de “virada local”. A ideia central da virada local de Lederach é a transformação dos conflitos,<sup>28</sup> com

<sup>25</sup> Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. *Mediação Internacional*, pg. 126. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

<sup>26</sup> Taulbee, James Larry. Creckmore Jr., Marion V. *A mediação por ONG'S. O Centro Carter*. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. *Mediação Internacional*. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

<sup>27</sup> Maschietto, Roberta Holanda. *International peacebuilding vs. local perceptions of peace: Encounters and Misencounters*. Conjuntura Global. Fevereiro/2017.

<sup>28</sup> Segundo Thânia Paffenholz, a teoria da transformação do conflito de Lederach baseou-se nas teorias da violência estrutural de Johan Galtung, da transformação de relacionamentos de Adam Curle, da construção de relacionamentos de Herbert Kelman e Roger Fisher, bem como do trabalho de Edward Azar sobre conflitos sociais prolongados e de Paulo Freire acerca da reconciliação

capacitação de atores locais, integrantes do nível médio da sociedade civil,<sup>29</sup> para construção e alcance de uma paz sustentável ou duradoura<sup>30</sup>. O autor afirma que o epicentro de um conflito reside nos padrões relacionais de determinada sociedade e, por tal razão, o foco deve ser a busca por práticas de reconciliação dentro dela. Neste viés, a teoria da transformação dos conflitos<sup>31</sup> tem como objetivo promover mudanças pessoais, relacionais, estruturais e culturais na sociedade afetada de modo a reduzir a violência e aumentar a justiça e as interações sociais, condições que, a longo prazo, conduzem a uma paz sustentável<sup>32</sup>.

### 1.3. Críticas e desafios

Na década de 2000, o reconhecimento das limitações e das falhas do modelo tradicional de construção da paz liberal em Estados assolados pelas chamadas “novas guerras” e cujos grupos beligerantes, sociedade civil e até mesmo algumas elites locais opunham-se às ações e aos valores impostos externamente, em desconformidade com a realidade do lugar, levou a virada local a passar por uma crítica revisionista de conotação mais radical, promovida por autores como Oliver Richmond e Roger Mac Ginty<sup>33</sup>. Segundo eles, o pressuposto dessa virada era a resistência local à hegemonia ocidental sobre o conceito de paz liberal e à intervenção de atores internacionais nos processos de construção da paz em Estados com conflitos armados.

Mac Ginty reforça o potencial emancipatório da agência local para construção cotidiana de uma paz sustentável, valendo-se, para o campo da

---

sustentável Paffenholz, Thania. Unpacking the local turn in peacebuilding: a critical assessment towards an agenda for future research, *Third World Quarterly*, 36:5, 857-874. 2015.

<sup>29</sup> Para Thania Paffenholz o nível médio da sociedade corresponde à faixa II, considerando a autora que ele é tão importante no processo de construção da paz quanto os níveis, superior (faixa I) e o de base (faixa III). Paffenholz, Thania. Unpacking the local turn in peacebuilding: a critical assessment towards an agenda for future research, *Third World Quarterly*, 36:5, 857-874. 2015.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Louis Kriesberg, ao discorrer sobre a literatura de resolução de conflitos, cita que “*resolução de conflito significa resolver os problemas que levaram ao conflito e transformação significa mudar as relações entre as partes de um conflito*”. Kriesberg, Louis. *The Conflict Resolution Field. Origins, Growth, and Differentiation*. Published in *Peacemaking In International Conflict Methods & Techniques*. Revised Edition. I. William Zartman. Editor. United States Institute of Peace. Washington, DC. 2007.

<sup>32</sup> Wright, Walter A. John Paul Lederach: A Peacebuilder Bibliography. Setembro, 2014. Disponível em <https://www.mediate.com/john-paul-lederach-a-peacebuilder-bibliography/>.

<sup>33</sup> Mac Ginty, Roger e Oliver P. Richmond. The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace. *Third World Quarterly*, v. 34, n. 5, p. 763-783, 2013

mediação, do conceito de hibridismo, desenvolvido por Homi K. Bhabha<sup>34</sup>, ao sustentar uma espécie de interação entre atores e coexistência dinâmica entre formas de governança, em ambos os casos, locais e internacionais, constituindo, nas palavras de Thania Paffenholz, uma parceria entre *outsiders e insiders* para construção de uma governança de paz híbrida<sup>35</sup>, que projete o internacional, incorporando o local<sup>36</sup>. A autora chama a atenção para a possibilidade de cooptação das entidades locais pelas internacionais, bem como da resistência das elites às reivindicações de atores locais apoiados pelo internacional.<sup>37</sup> Oportuno esclarecer que Mac Ginty reconhece que existem “*contradições entre as perspectivas locais e internacionais sobre o que é a paz e como ela pode ser alcançada*”<sup>38</sup>, havendo diferentes graus de hibridismo, que variam em conformidade com a maior ou menor abertura para inserção de outros atores e, principalmente, de acordo com a intensidade das intervenções nos locais em conflito<sup>39</sup>.

Independentemente da versão, original ou revisionista, a virada local opõe-se ao projeto liberal de pacificação e de construção do Estado, imposto por programas intervencionistas, através de uma política democrática ocidentalizada e do desenvolvimento econômico baseado no livre mercado, para permitir que a gestão de conflitos seja feita por atores locais ou, pelo menos, sob o protagonismo deles, levando-se em consideração as especificidades da sociedade afetada e as condições plural, fragmentada e complexa das relações sociais que ali se

<sup>34</sup> De acordo com Homi K. Bhabha, o hibridismo “*seria a manifestação da interação entre a cultura do colonizado e do colonizador, onde tal interação tem o potencial para criar algo novo. Ao mesmo tempo, seria também uma ferramenta de resistência do colonizado, que pode se utilizar dessa mudança como espaço para atuação política*”. Toledo, Áureo. Costa, Karla. Hibridismo, Resistência, Povo: um diálogo entre Ernesto Laclau e Homi Bhabha. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 6, n. 2, 201-218. 2021.

<sup>35</sup> Thania Paffenholz afirma que “*a maioria dos estudos vê a governança da paz híbrida como uma alternativa válida para a paz liberal de cima para baixo fracassada*”. Paffenholz, Thania. Unpacking the local turn in peacebuilding: a critical assessment towards an agenda for future research, Third World Quarterly, 36:5, 857-874. 2015.

<sup>36</sup> Segundo Mac Ginty, no hibridismo “*a paz liberal se torna híbrida, projetando o internacional, mas também tendo que assumir alguns valores e costumes locais. Este é um processo de dois sentidos que tem impacto em todos os atores envolvidos*” (tradução livre). Mac Ginty, Roger. International Peacebuilding and Local Resistance: Hybrid Forms of Peace. Basingstok: Palgrave Macmillan, New York. 2011.

<sup>37</sup> Paffenholz, Thania. Unpacking the local turn in peacebuilding: a critical assessment towards an agenda for future research, Third World Quarterly, 36:5, 857-874. 2015.

<sup>38</sup> Mac Ginty, Roger. Richmond, Oliver. The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace, Third World Quarterly, 34:5, 763-783. 2013.

<sup>39</sup> Mac Ginty, Roger. International Peacebuilding and Local Resistance: Hybrid Forms of Peace. Basingstok: Palgrave Macmillan, New York. 2011.

desenvolvem, permitindo que as vozes do lugar, antes silenciadas, passem a ser ouvidas. Disso resulta uma inclusividade tanto para a construção da paz quanto para o desenvolvimento de uma governança solidária e horizontal.

As críticas à virada local são diversas, com destaque para as apresentadas por Elisa Randazzo e Thania Paffenholz. A última, embora reconheça a relevância da virada local para os debates sobre construção da paz, argumenta que o ponto central dos problemas e contradições dessa teoria reside nos opostos binários, local e internacional, acrescentando falhas na conceituação dos atores primários; foco exagerado em atores ocidentais dentro do âmbito internacional, desconsiderando a relevância de potências não ocidentais, como a China e até mesmo o BRICS; romantização do hibridismo para construção da paz; exagero da resistência local; e visão distorcida do papel dominante das elites locais<sup>40</sup>.

Em que pesem os claros argumentos de Paffenholz e os exemplos por ela dados para sustentar as críticas à virada local, não se pode deixar de considerar que em países não ocidentais a resistência à implementação da paz nos moldes liberais tende a fomentar agências locais, por meio da sociedade civil, para trabalharem na construção da paz, podendo ou não valerem-se do apoio de atores internacionais, notadamente da ONU, o que Mac Ginty classifica de “hibridização” do processo de construção da paz. Ademais, no que tange ao poder das elites locais e seus interesses alheios à uma paz sustentável não é exagerado afirmar que o trabalho local cotidiano tem o condão de promover uma coesão social horizontal, cuja força impulsionadora possui potencial de fazer frente à dominação das elites locais, o que será melhor tratado, mais adiante, ao se abordar o fracasso na implementação dos acordos de paz de nível nacional na Líbia.

De outra parte, a pertinência do argumento sobre eventual romantização do hibridismo para construção de uma paz sustentável é algo que pode ser trabalhado pelos construtores da paz de ambos os níveis, em situações pontuais e concretas, sendo demasiado qualificá-la como a tônica da teoria aplicada na prática. A própria Paffenholz, mesmo admitindo a predominância da lente liberal nos processos de

---

<sup>40</sup> Paffenholz, Thania. Unpacking the local turn in peacebuilding: a critical assessment towards an agenda for future research, *Third World Quarterly*, 36:5, 857-874. 2015.

*peacebuilding*, reconhece que, cada vez mais, atores internacionais vêm buscando capacitar atores locais para atuarem nos processos de construção da paz.

No tocante ao alegado exagero do foco crítico da virada local em relação aos atores internacionais ocidentais, a ênfase pode ser compreendida pelo fato de muitos desses conflitos terem se originado dos processos de colonização e das lutas de libertação nacional dos então países do Terceiro Mundo, colonizados pelos Estados do Norte Global, que compõem o bloco ocidental. A isso, alia-se a diferença de valores e tradições dos sistemas político, econômico, social e cultural ocidentais e orientais ou entre os eixos norte e sul globais.

Na mesma linha crítica, a afirmação de Gearoid Millar de que é improvável que a governança híbrida produza experiências locais previsíveis, podendo ter efeitos imprevisíveis e até mesmo potencializadores de conflitos<sup>41</sup> não merece prosperar uma vez que a governança híbrida não implica na governança por todos, concomitante e indistintamente, mas que todos tenham voz, que as demandas lícitas das mais diversas localidades sejam ouvidas, atendidas e geridas por um gestor local, escolhido pela maioria dos membros da comunidade. Assim, o pressuposto é que os conflitos locais sejam resolvidos por indivíduos legitimados pelas tradições do lugar ainda que possam contar com o apoio - que difere do protagonismo - de atores e estruturas internacionais.

Elisa Randazzo, por sua vez, levanta dois paradoxos sobre a virada local. O primeiro deles é o da seletividade referente às escolhas e a identificação das comunidades que servirão de base para a virada. Outrossim, ela atribui à virada local uma lógica obscura, supostamente derivada de uma falta de clareza advinda de múltiplas e mutáveis narrativas, assim como a exclusão das vozes radicais discordantes, como assinalado por Oliver Ramsbotham. O resultado levaria à estipulação de uma preferência por alguns grupos locais em detrimento de outros e na marginalização de certos atores. A autora conclui que na virada local “*o cotidiano é apenas aquele que é mais facilmente interrogado, abordado, cooptado ou tornado visível*”<sup>42</sup>. O segundo paradoxo apontado por Randazzo é o da

---

<sup>41</sup>Millar, Gearoid. Disaggregated hybridity and the institutional-experiential divide in peacebuilding: Why hybrid institutions do not produce predictable experiences of peace. *Journal of Peace Research* 51, 4 (2012): 501-514.

<sup>42</sup> Elisa Randazzo. The paradoxes of the ‘everyday’: scrutinising the local turn in peace building. *Third World Quarterly*. 2016.

espacialização das identidades, com relação ao qual ela alega que, embora os defensores da virada local e da construção cotidiana da paz oponham-se à espacialização das identidades, por serem próprias do binarismo e da linearidade dos projetos liberais, eles próprios cometem essa espacialização ao identificarem e tornarem visíveis identidades ocultas, que são separadas e diferenciadas.

Os argumentos de Randazzo, no entanto, parecem carecer de solidez, ao menos no que dizem respeito aos paradoxos de seletividade e da espacialização das identidades. Isso porque o reconhecimento da diversidade étnica difere, essencialmente, das relações binárias e etnocêntricas do processo liberal de construção da paz e do desenvolvimento ao estilo ocidental haja vista que a qualificação das identidades não as espacializa para separá-las, mas para identificá-las, tornando-as visíveis. Outrossim, em regra, não parece haver seleção de identidades ou escolhas aleatórias das formas de mediação. Nas comunidades tradicionais, como as da Líbia, por exemplo, existem estruturas institucionais locais, formais e informais, não excludentes e interconectadas. Por outro lado, a mediação local não exclui a nacional, assim como a governança horizontal não elimina a vertical. Ambas operam em razão do vácuo deixado pela gestão vertical e pela inoperância dos processos de construção da paz nos moldes ocidentais para culturas não ocidentais.

Importante registrar que essa visão está longe de pregar a antidemocracia, o autoritarismo ou a violação de direitos humanos. Ao contrário, os valores democráticos e a garantia aos direitos humanos podem conviver, harmoniosamente, com qualquer cultura. O que a virada local quer mostrar é que existem mais identidades do que apenas o “eu e o outro” e que a diversidade étnica e cultural deve ser respeitada, assim como as soluções para os problemas locais em conflitos que se revelam intratáveis, não podendo serem impostas de fora para dentro ou de cima para baixo, sendo crucial o envolvimento e a inclusividade dos mais variados grupos populacionais.

Outrossim, ainda que, na prática, os conflitos identitários mostrem que algumas etnias e religiões consideram-se hegemônicas em relação a outras, a alegada marginalização de identidades da virada local está mais relacionada com a exclusão de grupos radicais que operam à margem do respeito aos direitos humanos e dos valores democráticos do que com a seletividade étnico-religiosa. Convém



esclarecer que os valores democráticos, aqui referidos, não o são com base no sistema de governo, mas voltados para a pureza do conceito de democracia, que se traduz na tolerância das diferenças e na convivência harmoniosa da diversidade.

Os críticos à governança horizontal apontam que a inclusividade tende a estabelecer indicadores fragmentados e obscuros, argumento que não merece prosperar pelo fato dos indicadores de governança, colhidos diretamente da população, provirem da multiplicidade dos conceitos humanos a respeito da paz, o que se dá em função da complexidade das relações sociais e, por consequência, do próprio processo de construção da paz. Ademais, a governança horizontal, que é inclusiva por sua própria natureza, não retira o poder da autoridade central; ao contrário, o respalda. Nisso, pode-se dizer que ela não é exclusiva, mas sim, agregadora. Na Bolívia e no Equador, por exemplo, a governança horizontal foi constitucionalizada e institucionalizada, sem enfraquecer o poder central nem a soberania interna do governo.

Em contrapartida, o que se vê na governança vertical é uma hegemonia do topo para a base da pirâmide, que se não for bem estruturada, em algum momento, sofrerá ruptura, como ocorreu na Primavera Árabe líbia, onde, mesmo com toda repressão, explodiram revoltas que culminaram na queda do então Presidente, Muammar Gaddafi, além das intermináveis guerras civis após a derrocada do ditador, demonstrando, à saciedade, o desacerto na forma como o povo líbio vinha e vem sendo governado e como a mediação de âmbito nacional não está produzindo efeitos práticos e resultados satisfatórios.

Interessante observar que a própria ONU reconhece a importância da mediação local para restauração da governança vertical, conforme descrevem Arthur Boutellis, Delphine Mechoulam e Marie-Joëlle Zahar, ao afirmarem que:

(...) as unidades de assuntos civis das missões da ONU se engajaram em mediação local como parte de seus esforços para

estender a autoridade do estado, restaurar a governança e promover coesão social<sup>43</sup>.

É cediço que um Estado aceito nos níveis, local e subnacional, tem mais condições de estabilizar-se e constituir instituições sólidas que o fortaleçam. De modo contrário, imposições verticais não bem recebidas pela população e que não atendam a uma governança mínima não se sustentam e, a longo prazo, acabarão por desestabilizar o poder das elites e a autoridade do governo central.

---

<sup>43</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulam, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes. International Peace Institute, December 2020.

## 2. A mediação local e a paz sustentável

### 2.1. Aspectos relevantes da mediação local

A chamada “mediação local” passou a ser vista como uma fórmula alternativa ou complementar à mediação internacional, à medida em que os conflitos armados foram adquirindo traços próprios e diferenciados dos clássicos confrontos bélicos. Após a constatação de reiterados insucessos em processos de mediação de âmbito nacional seja pela ausência de um acordo ou pela efemeridade do que tenha sido firmado, resultando, a médio ou longo prazos, em recorrência dos conflitos, a ONU passou a buscar mecanismos de adaptação para essa nova realidade, inserindo, em alguns casos, uma abordagem local nas missões de paz, além de incluir no “Guidance for Effective Mediation das Nações Unidas”<sup>44</sup> a observação acerca da necessidade de participação de atores comunitários locais para a eficácia da mediação. Insta salientar, no entanto, que esse novo enfoque das Nações Unidas pode resultar em efeitos díspares uma vez que, do mesmo modo que o trabalho local dos agentes da Organização pode ser visto como algo positivo, por vezes e a depender do terreno a ser trabalhado, os prepostos da ONU podem ser percebidos como inimigos, invasores, uma força externa ocidentalizada e antagonica dos anseios do povo do Estado em conflito.

Algo digno de nota é que a mediação local é um meio multifacetado de solução pacífica de conflitos, que exige ação coordenada dos atores envolvidos nesse processo a fim de produzir efeitos práticos e duradouros. Outrossim, a virada local propiciou que, aos poucos e cada vez mais, a ideia da paz liberal, cunhada e derivada do Ocidente, fosse cedendo espaço para a da *paz sustentável*, cuja base provém das demandas das pessoas afetadas diretamente pelos conflitos, respeitando-se as tradições e os costumes locais, principalmente, em Estados que não coadunam com a mesma estrutura organizacional, política, econômica, social e cultural do Norte Global. Dessa constatação, exsurge a questão abordada por autores como Enrique Dussel e retratada no texto de Ramón Grosfoguel<sup>45</sup>: a da

---

<sup>44</sup> United Nations Guidance for Effective Mediation. 2012.

<sup>45</sup> Grosfoguel, Ramón. The structure of knowledge in westernized universities: epistemic racism/sexism and the four genocides/epistemicides of the long 16th century”. In: Journal of the Sociology of Self-Knowledge, v.XI, issue 1, 2013, p.73-90. Traduzido por Fernanda Miguens,

transmodernidade, que, em breves palavras, significa que a solução para os problemas dos países deve ser plural, respeitando-se as diferentes tradições e culturas e não se limitando à fórmula imposta, unilateralmente, pelo Ocidente.

Boutellis, Mechoulam e Zahar<sup>46</sup> chamam a atenção para a necessidade de se verificar se o processo de construção da paz, vindo de baixo para cima, por meio da mediação local, não prejudica as tratativas de mediação de nível nacional, principalmente, no que diz respeito aos processos políticos. De modo semelhante, Baumann e Clayton<sup>47</sup> alertam para o risco de uma resolução de conflitos fragmentada, sustentando que a existência de diversos processos de mediação local, ainda que bem-sucedidos nas suas respectivas comunidades, mas não interligados, pode prejudicar um acordo de paz mais abrangente, de nível nacional, principalmente, se houver legitimação de atores ilegítimos. Com isso, não se quer dizer que os atores proscritos não possam participar do processo de mediação local; convém, inclusive, que dele participem para uma maior adesão ao acordo e um menor risco de falha na sua implementação. O problema consiste em se legitimar esse tipo de ator quando a legitimidade for inapropriada dos pontos de vista político, militar e jurídico, como é o caso dos grupos armados extremistas<sup>48</sup>.

Nos processos de mediação local, os principais atores são as pessoas que, dentro da comunidade, possuem respeitabilidade e ascendência sobre as partes principais e coadjuvantes do conflito, podendo ser juízes de paz, anciãos, líderes religiosos ou comunitários, enfim, cidadãos que gozam de boa reputação e autoridade moral em determinada localidade, características que lhes rendem um poder legítimo, permitindo-lhes alcançar uma ampla gama de atores envolvidos no conflito. Ademais, os mediadores locais possuem uma maior capacidade de diagnosticar e gerir percepções, crenças e valores das partes (Herz, Siman,

---

Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. In: Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 janeiro/abril 2016.

<sup>46</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulam, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes. International Peace Institute, December 2020.

<sup>47</sup> Baumann, Jonas. Clayton, Govinda. Mediation in Violent Conflict. CSS Analyses in Security Policy. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Christian Nünlist. N. 211, June 2017.

<sup>48</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulam, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes. International Peace Institute, December 2020.

Drumond, 2016), sendo salutar que liderem um processo inclusivo e que sua neutralidade seja por elas percebida.

Por outro lado, convém que outros atores sejam também envolvidos no processo de construção da paz duradoura nas fases anterior, contemporânea e posterior ao processo local. As missões de *peacebuilding* das Nações Unidas, por exemplo, podem exercer um importante papel nos processos de mediação local por possuírem vantagens comparativas como o acesso aos níveis nacional e internacional<sup>49</sup>, que lhes possibilitam um compartilhamento de informações e integração com outras agências, fundos e programas da Organização, além do apoio técnico e logístico que podem proporcionar, de modo a viabilizar ou, ao menos, facilitar, o trabalho dos mediadores locais. Uma vantagem dos agentes das missões de paz da ONU é poder levar o Estado junto aos processos de mediação local ou fazer com que ele possa respaldá-los e, mais ainda, vincular as mediações de níveis nacional e local. Todavia, é de se observar que essa vantagem perde a funcionalidade nas hipóteses em que o Estado seja o causador dos conflitos (Boutellis, Mechoulán e Zahar, 2020).

As organizações não governamentais (ONG's) internacionais, regionais, nacionais ou locais também são atores relevantes para a mediação local, desde que atuem com imparcialidade. As maiores vantagens delas são a flexibilidade e a desnecessidade de agir sob restrições políticas e, quando possuem conhecimentos especializados, o fato de poderem prestar uma melhor contribuição para os trabalhos de construção da paz<sup>50</sup>. Em contrapartida, suas desvantagens giram em torno da carência de recursos financeiros e da dificuldade de acesso de várias delas aos níveis mais elevados (Baumann e Clayton, 2017). Na prática, essas organizações não atuam em processos formais de mediação, exercendo mais um

---

<sup>49</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulán, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes. International Peace Institute, December 2020.

<sup>50</sup> Baumann, Jonas. Clayton, Govinda. Mediation in Violent Conflict. CSS Analyses in Security Policy. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Christian Nünlist. N. 211, June 2017.

auxílio às tratativas de paz, envolvendo-se com a sociedade civil e com as partes interessadas excluídas das mesas de mediação da *track* 1.

Dentre as vantagens da mediação local, a maior delas é, sem sombra de dúvidas, o foco no tratamento adequado do conflito junto à base populacional, nos níveis local e subnacional, por meio de um processo lento e cotidiano, dotado de uma ampla inclusividade e de um maior engajamento entre os atores beligerantes, atingindo as suas causas raízes e servindo de suporte para que os detentores do poder político possam manter a estabilidade no país. Outrossim, ela serve também para solucionar, pacificamente, outros tipos de disputas, como as referentes a recursos naturais; resolver questões não aventadas nas mesas de mediação da *track* 1, como por exemplo, conflitos agropastoris<sup>51</sup>; obter cessar-fogo para fins de assistência humanitária, etc.

Antti Pentikäinen<sup>52</sup> assevera que mediadores locais também podem afastar das comunidades a influência de grupos armados extremistas, que se valem de Estados fracos e vulneráveis para domínio territorial, situação que se encaixa, perfeitamente, no contexto líbio. Ademais, Séverine Auessere<sup>53</sup> afirma que o melhor mecanismo para frear a violência de grupos armados secundários são os esforços de mediação local e subnacional, o que, na percepção de Allard Duursma torna a desordem mais controlável<sup>54</sup> e impacta, sobremaneira, no conflito nacional.

Boutellis, Mechoulán e Zahar<sup>55</sup> observam, com propriedade, que as soluções ditadas no âmbito nacional, muitas vezes, negligenciam as razões e as necessidades dos atores locais, mantendo-os no ciclo do conflito, o que conduz ao fracasso de eventual acordo ou obtenção de um acordo fragilizado pela intermitência de confrontos armados entre os atores locais, seja entre si ou contra o poder político

---

<sup>51</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulán, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes. International Peace Institute, December 2020.

<sup>52</sup> Pentikäinen, Antti. Reforming UN Mediation through inclusion of traditional peacemakers. Development Dialogue. 2015.

<sup>53</sup> Autesserre, Séverine (2017) International peacebuilding and local success: Assumptions and effectiveness. International Studies Review 19(1): 114–132.

<sup>54</sup> Duursma Allard. Making disorder more manageable: The short-term effectiveness of local mediation in Darfur. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich, Journal of Peace Research 1–14. 2020.

<sup>55</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulán, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes. International Peace Institute, December 2020.

constituído. Na mesma direção, Baumann e Clayton pontuam que abordagens manipuladoras nos processos de mediação ou as que tratam apenas de questões visíveis e urgentes do conflito, sem o aprofundamento das causas raízes e sem a criação de um espaço de compreensão mútua para transformação social, tendem a gerar acordos de paz ineficazes, que, certamente, resultarão na recorrência do conflito<sup>56</sup>.

Outra vantagem comparativa entre a mediação local e a nacional é que os mediadores locais, por conhecerem muito bem o terreno, conseguem, por intermédio de grupos comunitários ou organizações não governamentais, identificar uma miríade de atores envolvidos no conflito, incluindo grupos armados proibidos, o que no contexto de alguns países como a Líbia, por exemplo, torna-se algo fundamental diante da fragmentação e do grande número dos grupos armados. Acrescente-se a isso o fato de que uma composição subnacional tem maior probabilidade de resultar na implementação eficaz de um acordo. O contrário, é mais difícil de acontecer uma vez que, como a mediação não é vinculante, um acordo firmado sem a presença e a aquiescência de, pelo menos, a maioria dos contendores locais ou grupos interessados resulta de difícil implementação prática<sup>57</sup>.

Com base nesse escopo, podemos concluir que a horizontalidade da mediação local tem a vantagem de servir de lastro para os acordos mediados no estrato 1, diferentemente da verticalização que pouco resultado traz na solução definitiva ou, pelo menos, duradoura do problema, principalmente, nos conflitos contemporâneos, nos quais há um elevado número de grupos armados com alianças instáveis e pouca autonomia do líder sobre todos os membros do grupo<sup>58</sup>. Neste diapasão, por vezes, os atores principais firmam alianças que não conseguem ser implementadas por não serem aceitas ou bem recebidas pelos grupos locais que lhes prestam apoio armado havendo situações em que o próprio líder de uma facção não

---

<sup>56</sup> Baumann, Jonas. Clayton, Govinda. Mediation in Violent Conflict. CSS Analyses in Security Policy. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Christian Nünlist. N. 211, June 2017.

<sup>57</sup> Wanis-St. John e Ghais assinalam que grupos excluídos das mesas de mediação tornam-se, geralmente, *spoilers* dos acordos firmados, dificultando sua implementação. Wanis-St. John, Anthony e Ghais, Suzanne. International Conflict Resolution: From Practice to Knowledge and Back Again.

<sup>58</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulam, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes. International Peace Institute, December 2020.

tem autoridade sobre os integrantes dela, diante da elevada fragmentação dos grupos armados, principalmente, dos mais radicais<sup>59</sup>.

Ainda em termos de vantagem, na mediação local trabalha-se com instituições locais, que possuem um aparato menor, mais econômico e em conformidade com a cultura<sup>60</sup> e a tradição do lugar, fatores que geram uma maior adesão das partes ao processo de mediação, à celebração de um acordo e à sua implementação, além de coadunar-se com a coerente percepção da realidade de um mundo multicultural, apartado da suposição etnocêntrica pré-concebida de um modo de vida superior e universalmente aceito por todas as culturas<sup>61</sup>.

Quanto ao mediador, uma vantagem da mediação local é poder ser conduzida por pessoas respeitadas na comunidade, que sejam perceptivelmente imparciais, exercendo poder e influência legítimos sobre seus pares, o que lhes permite manter canais de comunicação amplos e abertos com as mais variadas partes, acrescentando-se a possibilidade de ser trabalhada com o apoio de organizações não governamentais imparciais, que têm, geralmente, uma boa aceitação no terreno. A isso se soma o fato dos mediadores locais serem mais familiarizados e sincronizados com as pessoas e o contexto do lugar, as queixas e as demandas de base, conhecerem a linguagem local e a dinâmica das alianças entre as partes beligerantes, sendo capazes de antever, com maior clareza, o surgimento ou a escalada de um conflito<sup>62</sup>, o que não acontece com os mediadores da *track 1*, envolvidos apenas na clivagem nacional que envolve, comumente, amplos interesses políticos e econômicos, desassociados da esfera social.

O modo de atuação dos mediadores locais também expressa uma vantagem em relação à mediação de nível nacional. Na primeira, por não estarem sujeitos às limitações derivadas dos regramentos políticos próprios do alto escalão, podem abordar as causas raízes dos conflitos, que, algumas vezes, só conseguem ser

---

<sup>59</sup> Ibid.

<sup>60</sup> Para Raymond Cohen, “a cultura representa um sistema de significados e valores compartilhados por uma comunidade” Cohen, Raymond. Aspectos culturais da mediação internacional. Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional, pg. 354. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

<sup>61</sup> Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional, pg. 374. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

<sup>62</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulam, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes. International Peace Institute, December 2020.



tratadas quando se incluem, nesse processo, membros de grupos ilícitos e grupos menores, ambos sem acesso às mediações empreendidas pelo estrato 1, muito embora possuam capacidade suficiente para desencadear conflitos.

Ainda sobre as vantagens da mediação local, não resta dúvida de que ela é a única que permite entrelaçar os antagonismos entre as partes do conflito e a população civil, trabalhando a construção da paz também entre elas. Isso é importante porque os integrantes das forças beligerantes, principalmente, as secundárias, quando desmobilizados, precisam reintegrar-se à sociedade para evitar eventual reincidência nos confrontos. Por outro lado, as feridas emocionais causadas nos civis necessitam ser curadas, sob pena de propiciar novos conflitos. Sob esse viés, é importante notar que a efetividade de uma reconciliação nacional, necessária para a estabilização em países com conflitos prolongados, clama por prévias reconciliações, locais e subnacional, derivadas de um trabalho contínuo e progressivo de mediação, intra e intercomunidades, respectivamente, em busca de uma paz sustentável, a qual, como o próprio nome diz, é aquela capaz de se sustentar depois de finalizado o processo de construção da paz.<sup>63</sup>

## 2.2. Paz sustentável

Acerca da chamada *paz sustentável*, primeiramente, compete despartá-la da ideia de paz liberal da lente eurocentrista, devendo ser trabalhada de acordo com as tradições do Estado em conflito. Ela é descrita por Michael Doyle<sup>64</sup> como “*o único tipo de paz que atende às verdadeiras necessidades daqueles que sofreram os efeitos devastadores da guerra civil*”. Sob essa ótica, David Backer aponta como um dos indicadores da paz sustentável ou paz de qualidade o grau de resposta das

---

<sup>63</sup> Segundo o “United Nation Guidance on Sustaining Peace”, sustentar a paz é “*considerado como um processo inerentemente político, que abrange prevenção, mediação, gestão de conflitos e resolução*”. Wanis-St. John, Anthony e Ghais, Suzanne. International Conflict Resolution: From Practice to Knowledge and Back Again.

<sup>64</sup> Galtung 1969: 184; 1990 por Joshi, Madhav. Wallensteen, Peter. Understanding Quality Peace. Peacebuilding After Civil War, pg. 32. 2018.

necessidades e interesses das vítimas e de seus familiares no contexto da justiça transicional<sup>65</sup>.

Madhav Joshi e Peter Wallensteen<sup>66</sup> atribuem cinco dimensões à paz sustentável ou paz de qualidade, quais sejam, segurança pós acordo, governança, reconstrução econômica, justiça transicional e reconciliação e sociedade civil. Os autores ainda aduzem algumas nuances da paz sustentável ao afirmarem que:

“Nossa conceituação de paz de qualidade é baseada na noção de processos de paz bem sucedidos que trazem mudanças sociais, políticas e econômicas na sociedade pós-acordo e tornam a paz mais durável, não apenas abordando sistematicamente as causas básicas do conflito armado, mas também, abordando os problemas causados por conflitos armados, como questões de segurança e questões relacionadas à governança (...) Isso significa que a implementação real de um acordo tem influências importantes em nossa conceituação de paz de qualidade, não apenas no acordo negociado”.

Dentro do tema da paz sustentável, cabe assinalar a noção da dicotomia entre paz negativa e paz positiva. A primeira significando apenas ausência de confronto armado, ao passo que a segunda constitui um dos vértices para o longo processo de reconciliação e construção de uma paz autêntica. Diferentemente da paz negativa, que é intrinsecamente precária e transitória, bastando um estopim para a recorrência do conflito, a paz positiva possui um espectro maior, implicando, segundo Johan Galtung, na ausência de violência estrutural ou de injustiças sociais<sup>67</sup>.

O processo de paz sustentável é longo e seus resultados são sentidos, paulatinamente, mas os efeitos são duradouros. Geralmente, ela se faz necessária nas situações em que o contrato social é rompido, necessitando que as atividades de mediação passem a ser feitas por atores locais, envolvendo a comunidade e não apenas os representantes da sociedade civil. Cumpre assinalar que ela não opera no gerenciamento da crise, mas no tratamento do conflito e não termina com o cessar-

<sup>65</sup> Backer, David. Factoring transitional justice into the quality peace equation, pg. 65. Joshi, Madhav. Wallensteen, Peter. Understanding Quality Peace. Peacebuilding After the Civil War. 2018.

<sup>66</sup> Joshi, Madhav. Wallensteen, Peter. Understanding Quality Peace. Peacebuilding After Civil War, pg. 33. 2018.

<sup>67</sup> Galtung, Johan. Violence, Peace and Peace Research. *Organicom*. N. 28. Ano 15. 1º semestre 2018, 33-55. First published in *Journal of Peace Research*, vol. 6, no. 3, 1969, pp. 167–91.

fogo; muitas vezes, ele é justamente o marco para o começo ou para o fortalecimento dos seus trabalhos.

Nas últimas décadas, diversas iniciativas de construção da paz sustentável vêm sendo empreendidas, tanto no que concerne às ações destinadas a lastrear processos de mediação, quanto às práticas de mediação local, formais e informais e à justiça de transição, valendo destacar algumas delas, como Diálogos Intra e Intercomunitários, o projeto do Every Day Peace Indicators, Conselhos Municipais, Conselhos dos Sábios, Tribunais de transição, dentre outros.

Os Diálogos Intra e Intercomunitários constituem uma ferramenta valiosa para dar voz à população civil e possibilitar a identificação das origens dos conflitos, o que, certamente, auxilia no trabalho posterior do mediador, ajudando-o na percepção dos problemas que afetam a comunidade e impedem uma reconciliação comunitária. Um exemplo que vale a pena ser citado foi o trabalho desenvolvido no Quênia pela ONG “Centre Humanitarian Dialogue”, que serviu de base para uma mediação promovida por Kofi Annan, o qual atuou como ator individual na crise eleitoral que se estabeleceu naquele país entre os anos de 2007 e 2008<sup>68</sup>.

O projeto do Every Day Peace Indicators (EPI),<sup>69</sup> cujo trabalho foi compilado por Pamina Firchow, com base em 2.038 pesquisas feitas em quatro comunidades na Uganda e na Colômbia, além de atividades desenvolvidas na região saariana do Sudão do Sul, Zimbábue e África do Sul, é desenvolvido por organizações não governamentais, possuindo como objetivo central fornecer indicadores qualitativos, fulcrados nas noções de paz apresentadas pelas comunidades locais diretamente afetadas pelos conflitos com vistas a servir de lastro para a mediação. Os empreendedores do projeto reputam esses indicadores como referências da paz cotidiana local, sendo úteis para subsidiar o processo de construção de uma paz sustentável. A metodologia do EPI consiste na coleta de informações individuais dentro das comunidades acerca de conceitos pessoais sobre

---

<sup>68</sup> Baumann, Jonas. Clayton, Govinda. Mediation in Violent Conflict. CSS Analyses in Security Policy. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Christian Nünlist. N. 211, June 2017.

<sup>69</sup> Firchow, Pamina. Reclaiming Everyday Peace: Local Voices in Measurement and Evaluation After War. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

paz e segurança, separando-se por eixos etário, de gênero, identitários, dentre outros<sup>70</sup>.

No que pertine à justiça transicional, tribunais de paz locais constituem um dos meios mais apropriados para a realização da justiça de transição, que, em última análise, serve para o enfrentamento do legado dos conflitos, envolvendo as vítimas, seus respectivos familiares e os atores beligerantes<sup>71</sup>. Um exemplo de tribunal de paz local é o “Gacaca”, na Ruanda, de competência comunitária e apoiado pelo governo central, com o objetivo de tratar as feridas emocionais e psicológicas dos sobreviventes e dos parentes dos mortos no genocídio dos tutsis cometidos, no ano de 1994, por integrantes da etnia hutu. Nos mais de 12.000 “Gacacas” espalhados pelo país, os juízes, eleitos pelos membros das respectivas comunidades, incentivavam o reconhecimento dos erros, as demonstrações públicas de arrependimento seguidas de pedidos de perdão, que, na maioria dos casos era aceito, possibilitando a reconciliação entre vítimas físicas e/ou psicológicas e seus agressores e evitando, por consequência, a recorrência de conflitos entre essas etnias<sup>72</sup>.

Oportuno pontuar que, mesmo em comunidades onde não existam tribunais de paz formais, a promoção da paz pode ser obtida por meio de tribunais informais, como ocorreu no Afeganistão em que grupos de trabalho foram criados para resolverem vários conflitos e estabelecerem a paz em comunidades tribais, gerando resultados positivos<sup>73</sup>. Esse trabalho contou com os apoios técnico, logístico e financeiro da UNAMA (Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão), o que comprova, mais uma vez, que o processo de construção da paz requer um trabalho conjunto e esforços coordenados. Um dos grupos era composto por

<sup>70</sup> O projeto, que possui relevância para trabalhos de mediação local e formação de governança horizontal, é alvo de diversas críticas, rechaçadas por Pamina Firchow, deixando-se de se apresentar tal debate neste texto pelo fato da metodologia do EPI não ter sido aplicada no estudo de caso ora abordado.

<sup>71</sup> Backer, David. Factoring transitional justice into the quality peace equation, pg. 63. Joshi, Madhav. Wallenstein, Peter. Understanding Quality Peace. Peacebuilding After the Civil War. 2018.

<sup>72</sup> Nos tribunais “Gacacas”, as penas para os condenados que demonstrassem arrependimento e estivessem predispostos a reconciliarem-se com a comunidade eram mais brandas haja vista que o seu propósito era buscar a reconciliação pós-conflito entre os membros das etnias e não punir severamente os culpados. Outreach Programme on the Rwanda Genocide and the United Nations. 2014. Disponível em [www.unict.org](http://www.unict.org) or [www.un.org/preventgenocide/rwanda](http://www.un.org/preventgenocide/rwanda)

<sup>73</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulam, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes. International Peace Institute, December 2020.

membros respeitados de uma comunidade próxima e objetivavam mediar os conflitos entre duas aldeias da comunidade vizinha. Outro era formado por mulheres, as quais tinham a atribuição de buscar as famílias das vítimas e abrir um canal de comunicação entre elas e os anciãos tribais com vistas a incentivar a resolução do conflito. Por último, dois comitês de jovens reuniam-se com os jovens de aldeias em conflito com o intuito de persuadi-los a não recorrerem à violência.

Os exemplos acima mostram como é possível desenvolver práticas de construção da paz com resultados positivos por meio da mediação local. Oportuno salientar ainda que o seguimento dos acordos mediados nos estratos 1 e 2 se dá por meio de processos de mediação local, na fase a que se costuma chamar de pós-conflito. Neste particular, Baumann e Clayton pontuam que o trabalho de construção da paz no pós-conflito ainda é baixo<sup>74</sup>, evidenciando a necessidade de manutenção do processo na fase de implementação, sob pena de um aumento na probabilidade da recorrência dos conflitos.

---

<sup>74</sup> Baumann, Jonas. Clayton, Govinda. Mediation in Violent Conflict. CSS Analyses in Security Policy. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Christian Nünlist. N. 211, June 2017.

### **3. A crise na Líbia e a precariedade da reestruturação de um Estado em conflito por meio da mediação exclusivamente internacional**

#### **3.1. Antecedentes históricos**

A Líbia situa-se na região norte da África, banhada pelo Mar Mediterrâneo, fazendo fronteira com os países africanos, Tunísia, Argélia, Niger, Chade, Sudão e Egito. O país possui mais de uma centena de tribos, com a quase totalidade da população de origem muçulmana da etnia sunita. Samir Amin, ao tecer críticas sobre as fronteiras artificiais dos Estados descolonizados, sustenta que a Líbia nunca existiu, verdadeiramente, como uma nação por situar-se em uma área geográfica do norte da África, que divide ao meio as regiões do Maghreb na parte ocidental, onde situa-se a Tripolitânia e a do Mashreq, na parte oriental onde está a Cirenaica<sup>75</sup>.

Embora geograficamente situada no continente africano, a Líbia é considerada como pertencente à região que se denomina de Oriente Médio, que, em sua maior extensão territorial, engloba a Ásia ocidental, o Golfo Pérsico e o norte da África. A ausência de unanimidade quanto à extensão dessa região é justificada pelo fato do Oriente Médio ser um conceito político, criado pelo Ocidente para identificar o espaço territorial onde se situavam os antigos impérios otomano e persa (Lima, 2018).

Após o fim da Primeira Guerra Mundial e a divisão do Império Otomano, a Líbia passou a ser colônia da Itália, situação que perdurou, oficialmente, até 10 de fevereiro de 1947, embora desde o fim da Segunda Guerra, estivesse sob o controle militar da Inglaterra e da França, em regiões distintas. Em 1950, a Líbia tornou-se uma monarquia, cuja independência foi proclamada em 24 de dezembro de 1951. No período monárquico, foram assinados acordos com os Estados Unidos e a Inglaterra para a implantação de bases militares no território líbio em troca de ajuda financeira. Em 1969, por meio de um golpe militar, liderado por Muammar Gaddafi, o país se transformou na República Árabe da Líbia. Àquela altura, a

---

<sup>75</sup> Amim, Samir. "Primavera Árabe". El Mundo Árabe em La Larga Duración. El Viejo Topo. 2011.

economia líbia já girava em torno do petróleo, cujas jazidas haviam sido descobertas uma década antes.

Influenciado pelos ideais socialistas e o pan arabismo, idealizado pelo então presidente do Egito, Gamal Nasser, Gaddafi determinou a expulsão das tropas militares estrangeiras, assim como a nacionalização de empresas petrolíferas e instituições financeiras. O ditador, que governava o país sob forte repressão policial, soube tirar proveito das reservas de petróleo, transformando a Líbia em um Estado rentista, permitindo, por vezes, investimentos externos, o que gerou um crescimento exponencial do PIB. No início do século XXI, o país possuía a maior reserva de petróleo do continente africano e a quinta maior do mundo (Brancoli, 2013).

Apesar das relações comerciais com a França e a Itália, o presidente Gaddafi declarava-se inimigo do Ocidente, já tendo figurado na lista de terroristas elaborada pelo governo americano sob, pelo menos, duas acusações de patrocínio a ataques terroristas, isto é, os atentados de Berlim, na Alemanha e de Lockerbie, na Escócia, esse ultimo resultando na morte de 260 pessoas<sup>76</sup>. Em 2006, com a retirada do seu nome da lista estadunidense de patrocinadores do terrorismo, empresas norte-americanas instalaram-se no país, além de algumas multinacionais brasileiras (Brancoli, 2013).

Na contramão da elevada receita interna, a Líbia estava mergulhada em uma desigualdade econômica e social, silenciada tanto pela real possibilidade de repressão quanto pela ausência da cobrança de impostos em virtude da abundância das reservas financeiras do Estado advindas da sua maior fonte de renda: o petróleo. Além disso, a corrupção estatal era uma dominante e as benesses do serviço público eram restritas a uma pequena parcela da população, que circundava o ditador e a alguns chefes tribais (Kasaija, 2013).

### **3.2. Primeira Guerra Civil**

A partir de fevereiro de 2011, a Líbia foi palco das revoltas populares, capitaneadas pelos opositores internos do regime e pelos inimigos externos do

---

<sup>76</sup>Disponível em [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/08/040810\\_libiams](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/08/040810_libiams) e em <https://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2011/02/kadhafi-ordenou-atentado-de-lockerbie-diz-ex-ministro-jornal.html>.

ditador, que ficaram conhecidas como “Primavera Árabe”, iniciadas na vizinha Tunísia, em dezembro de 2010, atingindo, em seguida, o Bahrein e o Egito.

De todos os Estados atingidos pela “Revolta Árabe”, a Líbia foi o que mais se fragmentou, não apenas pelo duradouro período da crise que se instaurou desde o início dos protestos, medeando, atualmente, um lapso temporal de onze anos, mas e, principalmente, pela polarização interna que resultou na ausência prolongada de um governo central soberano tendo em vista a formação de dois governos centrais paralelos e dois parlamentos opostos dentro do mesmo país, alimentados por algumas influências externas. Diferentemente da Tunísia e do Egito, onde as revoltas tiveram início por reivindicações de natureza econômica e social, intensificando-se para a queda do regime à medida em que a repressão ia aumentando, na Líbia a conotação foi, claramente, política desde o início (Amim, 2011).

Em pouco tempo, o movimento fez surgir grupos armados, alguns integrados por dissidentes do próprio governo, incluindo membros policiais e das forças armadas<sup>77</sup>, dando início à guerra civil, antes mesmo da queda do regime. Logo no início dos confrontos armados entre os opositores e o governo, foi formado pelos combatentes rebeldes o Conselho Nacional de Transição (CNT), que contou com o apoio da França, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e alguns países árabes. Depois de Gaddafi anunciar em um canal de televisão que iria derramar “rios de sangue” no reduto opositor, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) autorizou, por meio da Resolução nº 1973, de 17 de março de 2011 (S/RES/1973/2011), uma intervenção militar na Líbia<sup>78</sup>, sob o manto da Responsabilidade de Proteger, com mandato para proteção de civis.

A intervenção militar foi liderada pela coalizão formada pelos Estados Unidos, França e Inglaterra e operacionalizada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com a ajuda de alguns países árabes, como o Catar e a Arábia Saudita. A ideia inicial seria criar uma Zona de Exclusão Aérea contra a

---

<sup>77</sup> Amim, Samir. “Primavera Árabe”. El Mundo Árabe em La Larga Duración. El Viejo Topo. 2011.

<sup>78</sup> Antes da intervenção militar, o CSNU, lastreado no Capítulo VII da Carta da ONU, havia aprovado a Resolução nº 1970 (S/RES/1970/2011), condenando os ataques aos civis e, dentre outras determinações, exigindo o fim imediato da violência e a adoção de medidas que respondessem às exigências legítimas da população. O mesmo instrumento determinou o embargo de armas, a proibição de viajar ao Presidente, seus familiares e algumas autoridades do governo central, todas listados no Anexo I, bem como o congelamento de bens das pessoas indicadas no Anexo II, ambos da Resolução.



aviação militar líbia para a proteção dos civis e das zonas com populações civis. No entanto, as forças da OTAN atacaram bases do governo, oferecendo uma vantagem tática para os combatentes rebeldes, os quais, em 21 de agosto de 2011, tomaram a capital Trípoli, invadindo a sede do governo, embora não tivessem encontrado o Presidente, o qual havia fugido com a família, tendo, no entanto, sido capturado e morto pelos rebeldes, em 20 de outubro de 2011. Neste diapasão, Fernando Brancoli afirma que os acontecimentos anteriores e posteriores à queda de Gaddafi, demonstraram que o objetivo da intervenção havia sido desvirtuado e que, na realidade, as forças intervencionistas pretendiam a queda do regime e a facilitação de acesso do bloco ocidental ao petróleo da Líbia<sup>79</sup>.

Com a morte do ditador, o CNT assumiu, interinamente, o governo sob a liderança de Mahmoud Jibril, um dos ex-Ministros de Gaddafi que havia renunciado ao cargo. A intervenção durou meses e a guerra civil, que se iniciara antes dela, deixou um saldo negativo de milhares de mortos, várias cidades e pontos estratégicos destruídos, economia arruinada e um grande e contínuo fluxo de refugiados, levando a Líbia a mergulhar em um caos que estava longe de ser solucionado tendo em vista a fragmentação e a falta de coordenação política que se instalou no país.

Sob forte pressão da comunidade internacional, o governo interino convocou eleições para 07 de julho de 2012, as quais ocorreram em um clima conturbado. Após o pleito eleitoral, o poder central foi transferido do CNT para o Congresso Geral Nacional (CGN), o qual, em 14 de outubro do mesmo ano, escolheu Ali Zindan, um antigo opositor de Gaddafi, para ocupar o cargo de Primeiro Ministro. As eleições, no entanto, não estabilizaram o país, pois as milícias continuaram agindo, intensificando-se os ataques contra minorias religiosas com destruição de mesquitas, igrejas e túmulos de líderes religiosos. Por outro lado, o novo Parlamento não conseguiu aprovar uma Constituição nacional face a grande

---

<sup>79</sup> Brancoli, Fernando. Primavera Árabe – Praças, Ruas e Revoltas. Ed. Desatino. 2013.

polarização dos grupos políticos e suas conexões com chefes dos mais variados clãs de todo o país.

Jason Brownlee, Tarek Masoud e Andrew Reynolds<sup>80</sup> afirmam que na Líbia impera uma política de conflitos de poderes subnacionais, que desprezam interesses de nível nacional. Ainda segundo os autores, dada a fraqueza endêmica do Estado, o poder dos governantes, mesmo os legitimamente eleitos pelo sufrágio universal, reduz-se à autoridade que as milícias locais lhes permitem. Por outro lado, a falta de controle e de autoridade por parte do Estado para desmobilizar esses grupos contribuiu, de maneira significativa, para a escalada da violência, aumentando a vulnerabilidade estatal. Mesmo depois da fase mais crítica, as divergências políticas e religiosas entre tribos, clãs e grupos étnicos não cessaram, ocorrendo diversos episódios intermitentes de violência a pessoas e a patrimônios religiosos.

### 3.3. Segunda Guerra Civil

Do ponto de vista político, desde o fim do regime de Gaddafi, o ano de 2014 foi o que gerou o maior ponto de inflexão para a Líbia, resultado de um nó político que culminou na existência de dois governos paralelos. O imbróglio interno era ainda agravado pela participação de atores externos com forças estrangeiras influenciando no conflito armado interno. Em 25 de junho de 2014, foram realizadas eleições para escolha dos parlamentares que iriam compor a Câmara dos Representantes, o novo parlamento líbio. Contudo, a recusa do CGN em aceitar a derrota eleitoral da bancada islamista acirrou a disputa pelo poder central, iniciando-se confrontos armados entre as milícias que apoiavam cada um dos lados, causando grandes estragos humanos, patrimoniais e políticos para o país<sup>81</sup>. A tensão e os constantes ataques de grupos islamistas e jihadistas à Câmara dos Representantes levaram os seus membros e o Primeiro-Ministro por eles eleito, Abdullah al-Thini, a recuarem para a cidade de Tobruk, situada ao leste de Bengazi,

---

<sup>80</sup> Brownlee, Jason. Masoud, Tarek. Reynolds, Andrew. The Arab Spring. Pathways of repression and reform. Oxford University Press. 2015.

<sup>81</sup> A batalha ocasionou a suspensão das atividades da UNSMIL, tendo seus membros evacuado para países vizinhos. Disponível em [https://elpais.com/internacional/2014/07/14/actualidad/1405374006\\_278519.html](https://elpais.com/internacional/2014/07/14/actualidad/1405374006_278519.html)

na parte oriental da Líbia, onde formaram um governo em contraposição ao governo paralelo sediado em Trípoli, que depois das eleições, passou a ser ilegítimo.

Assim, nesse panorama de dois governos centrais e dois parlamentos nacionais opostos, deu-se início à segunda Guerra Civil líbia. De um lado, a Câmara dos Representantes e o Primeiro-Ministro por ela escolhido, com ingerência apenas no leste do país e apoiada por países como França, Estados Unidos e Egito; do outro lado, um grupo político oposto e sediado no oeste, onde se situa a capital Trípoli, formado pelo Congresso Geral Nacional e seu Primeiro-Ministro, com apoio de grupos islamistas, jihadistas e alguns clãs, além de Estados como Catar, Turquia e Sudão.

No período em que ocorreu a intervenção militar, o CSNU havia aprovado a Resolução n° 2009/2011 (S/RES/2009/2011), de 16 de setembro de 2011, estabelecendo a criação da Missão de Apoio das Nações Unidas para a Líbia - UNSMIL, cujo mandato seria, inicialmente, de três meses, mas foi sendo prorrogado com algumas modificações, ao longo dos anos, sob o comando dos Representantes Especiais do Secretário Geral da ONU, Tarek Mitri (2012), Bernardino León (2014), Martim Klover (2015), Ghassam Salamé (2017), Ján Kubis (2021), além da Enviada Especial, Stephanie Williams (2020 até o presente).

Durante o ano de 2014, a UNSMIL, sob a liderança de Bernardino León promoveu diversas reuniões, intituladas de Diálogo Nacional Líbio, com a presença de figuras políticas da Câmara de Representantes, do Congresso Geral Nacional, do extinto Conselho Nacional de Transição e dos principais atores nacionais independentes. León objetivava a formalização de um acordo político para criação de um governo de unidade nacional composto por representantes de ambos os lados do poder central interno.

Em 2015, houve uma mudança nos termos do mandato da UNSMIL, que passou a ser uma missão política especial integrada, em consonância com o princípio da titularidade nacional e focada, à título de prioridade máxima, em prestar apoio ao processo político e aos arranjos de segurança, através da mediação e dos bons ofícios. Neste diapasão, na reunião ocorrida em 11 de julho de 2015, em Skhirat, Marrocos, já sob a coordenação de Martim Klover, foi aprovada, pela

maioria dos delegados líbios a ela presentes, o Acordo Político Nacional para formação de um governo interino unificado.

O acordo foi assinado pelas partes principais do conflito, em 17 de dezembro de 2015 e endossado pelo CSNU, através da Resolução nº 2259, de 23 de dezembro de 2015. No documento, estava previsto que o Governo do Acordo Nacional, que seria sediado em Trípoli, era o único representante legítimo da Líbia; paralelamente, a Câmara de Representantes seria mantida em Trobuk como órgão legislativo, devendo ser criado um órgão consultivo, denominado Alto Conselho de Estado, composto por membros do Congresso Geral Nacional.

Face à fragmentação política interna, o Governo do Acordo Nacional só conseguiu constituir-se em 12 de março de 2016, sob a liderança do Primeiro-Ministro, Fayez al-Sarraj, contando com o apoio da maioria dos membros da Câmara dos Representantes e, externamente, da França, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Espanha e Itália. Em virtude do clima de insegurança no país, o novo governo instalou-se, provisoriamente, na cidade de Túnis, na vizinha Tunísia, só tendo ocorrido a assunção oficial na capital da Líbia, em 30 de março de 2016, após a evacuação dos membros do Governo da Salvação Nacional, que havia sido, ilegitimamente, criado pelo Congresso Geral Nacional depois do fracasso nas eleições de 2014 e a recusa em deixar o poder. Entretanto, no mesmo mês da assunção, os dois parlamentos opostos romperam com o poder executivo, intensificando-se os conflitos políticos entre a Câmara de Representantes e o Congresso Geral Nacional e entre essas duas casas legislativas e o governo central.

No ano de 2017, sob a gestão de Ghassam Salamé, a UNSMIL apresentou o Plano de Ação para a Líbia, introduzindo alterações no Acordo Político Nacional de 2015. Da mesma forma dos esforços anteriores das Nações Unidas, o Plano de Ação de Salamé acabou não vingando por ter sido percebido pelas partes como uma maneira de se conseguir alcançar, paulatinamente, a legitimidade do Governo do Acordo Nacional, que havia sido rejeitado pelos dois lados políticos antagônicos<sup>82</sup>. Nestas circunstâncias, seguiu-se no país o clima de hostilidade e rivalidade política na esfera nacional, sendo necessárias tratativas intermediadas por autoridades estrangeiras para que o Governo do Acordo Nacional pudesse manter-se no poder,

---

<sup>82</sup> Watanabe, Lisa. UN Mediation in Libya: Peace Still a Distant Prospect. CSS Analyses in Security Policy. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Benno Zogg. Nº 246, junho de 2019.

além dos apelos de autoridades da ONU para cessação da beligerância, inclusive, com referência aos constantes ataques às instalações petrolíferas, praticamente a única fonte de receita do país.

Dentre as tratativas de líderes estrangeiros para pôr fim ao conflito político líbio, destaca-se a empreendida pelo Presidente da França, Emmanuel Macron, o qual, em 25 de julho de 2017, reuniu-se, em Paris, com o Primeiro-Ministro do Governo do Acordo Nacional, Fayez al-Sarraj e o comandante do informal Exército Nacional Líbio, Khalifa Haftar, responsável pelos ataques militares ao governo. Após a reunião, foi emitida uma Declaração Conjunta acerca do acordo obtido com relação a dez pontos, notadamente, um imediato cessar-fogo e a realização de eleições a curto prazo<sup>83</sup>. Dois dias depois, o acordo foi aprovado pelo CSNU, por meio de uma nota pública, mas não surtiu efeito diante da recusa das próprias partes em cumprirem o acordo.

No âmbito multilateral, Ghassan Salamé, que havia promovido setenta e seis reuniões consultivas em quarenta e três localidades do país, marcou uma Conferência Nacional, para realizar-se entre os dias 14 a 16 de abril de 2019, na cidade líbia de Gadhamis, a fim de tratar das eleições e da escolha de um novo governo interino até a realização do pleito eleitoral. No entanto, antes que a Conferência pudesse acontecer, Khalifa Haftar, com o apoio não oficialmente reconhecido do Egito e da Arábia Saudita<sup>84</sup>, deu início a um confronto armado com o Governo do Acordo Nacional, em 04 de abril de 2019, que perdurou por dois meses, deixando um saldo de muitos mortos e resultando no deslocamento de milhares de pessoas, incluindo membros da UNSMIL<sup>85</sup>.

Outro ator internacional a envolver-se no conflito foi a Turquia, que, no final de 2019, buscou cooperação com a Tunísia para intermediar um cessar fogo e promover a retomada do processo político na Líbia. Em meados de 2020, autoridades de Estados europeus, como França, Alemanha e Itália, intensificaram

---

<sup>83</sup>Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-07/lideres-da-libia-estabelecem-em-paris-um-acordo-de-cessar-fogo>

<sup>84</sup> Abushagur, Mustafa AG. Can there be a peaceful solution for Libya's Conflict? May 9, 2019. Disponível em <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/can-there-be-a-peaceful-solution-for-libya-s-conflict/>. Acessado em 18/06/2022.

<sup>85</sup> Cinco anos antes, ocorreu situação semelhante, com a evasão de membros da UNSMIL para países vizinhos a fim de protegerem-se durante os confrontos entre milícias pela tomada do aeroporto de Trípoli.

seus pronunciamentos e esforços na busca de uma pacificação na Líbia, alinhando-se com o clamor da União Europeia e de grande parte da comunidade internacional.

No mesmo ano, Stephanie Williams, coordenou diversas reuniões do Fórum de Diálogo Político para a Líbia, realizadas em Genebra, com participação da Comissão Militar Conjunta 5+5<sup>86</sup>. Mas coube ao Egito a proeza de intermediar junto às partes beligerantes principais o novo Acordo Nacional Líbio, assinado na reunião do Fórum de Diálogo Político para a Líbia, em Genebra, no dia 23 de outubro de 2020. O novo acordo previa, dentre outras cláusulas, um cessar-fogo entre o Exército Líbio do Governo do Acordo Nacional e o Exército Nacional Líbio, este último comandado por Khalifa Haftar, assim como a realização de eleições para os poderes executivo e legislativo.

Meses depois, precisamente, em 05 de fevereiro de 2021, em outra reunião do Fórum de Diálogo Político foram eleitos Mohamed Menfi e Abdul Hamid al-Dbeibah para líder do Conselho Presidencial e Primeiro-Ministro, respectivamente, o último com o compromisso de organizar eleições, presidenciais e parlamentares, para o dia 24 de dezembro do mesmo ano, inobstante os preparativos eleitorais estivessem direcionados apenas às eleições para o poder executivo. Ainda assim, dois dias antes da data marcada para o pleito eleitoral, a Alta Comissão Eleitoral Líbia anunciou o cancelamento das eleições, sob alegações de falta de base constitucional e não cumprimento dos prazos diante do grande número de candidatos. No mesmo pronunciamento ficou definido que as eleições seriam realizadas nos próximos trinta dias, embora não tenham ocorrido até hoje.

O vazio das eleições aumentou a crise política em razão da escolha pela Câmara de Representantes de um novo Primeiro-Ministro interino, Fathi Bashagha, enquanto o Primeiro-Ministro do Governo da Unidade Nacional, Abdul Hamid al-Dbeibah, decidiu manter-se no cargo até a realização das eleições. Deste modo, a história se repetiu na Líbia, com o retorno de dois governos centrais opostos: um eleito pela Câmara dos Representantes e com poder limitado apenas ao leste e o

---

<sup>86</sup> A Comissão Militar Conjunta 5+5 era composta por um oficial superior de cada uma das cinco partes mais importantes do conflito. Seus membros mais notórios eram o Primeiro-Ministro e líder do Conselho da Presidência, Fayez al-Sarraj; o presidente da Câmara dos Representantes, Águila Saleh Issa e o ex-general e comandante do Exército Nacional Líbio, Khalifa Haftar.

outro, ocupando as instalações governamentais da capital do país, no oeste, eternizando-se, assim, a acirrada divisão territorial no país.

A suspensão das eleições fez com que o mandato da UNSMIL fosse prorrogado, pela enésima vez, para apoiar o processo de transição política pacífica e prevenir uma eventual escalada do conflito (S/RES/2629/2022). Entretanto, o clima de violência e apreensão na Líbia permanece, embora mantido o cessar-fogo desde o acordo de outubro de 2020. Em abril de 2022, a Anistia Internacional divulgou relatórios elaborados por ela e pela Missão de Apuração de Fatos da ONU na Líbia, estabelecida pelo Conselho de Direitos Humanos, dando conta da existência de violência, detenções arbitrárias e repressão das forças de segurança do governo e de grupos armados contra as liberdades de expressão e de reunião mesmo que pacíficas<sup>87</sup>.

### **3.4. Falhas da mediação exclusivamente internacional e desafios para construção da paz**

O cenário de vulnerabilidade estatal em meio a duas guerras civis sucessivas, divisões seculares, fragmentação política e social, prejuízos econômico e financeiro, aliado aos problemas endêmicos que causaram o conflito no país denotam a dificuldade de resolução da crise apenas com um acordo de cessar fogo ou com a realização de eleições nacionais. Aliás, ao que parece, a pretendida transição política pacífica, embora necessária, mesmo que tivesse ocorrido, por meio do resultado das urnas, não resultaria, inexoravelmente, no fim do conflito. Sob esse prisma, é possível imaginar que a resolução do conflito armado líbio pugna por um enfoque voltado para as instituições locais e os *insider mediators*, argumento corroborado pelos fatos a seguir expostos, que dizem respeito às tentativas de mediação internacional naquele país.

A primeira tentativa de resolução pacífica da crise da Líbia ocorreu no início dos protestos e foi promovida pela União Africana. Interessante pontuar que as Organizações regionais são vistas, comumente, como atores internacionais mais legitimados para atuarem nos processos de mediação e de construção da paz, pois

---

<sup>87</sup>Disponível em <https://www.amnesty.org/es/latest/news/2022/04/libya-the-laaf-is-brutally-crushing-freedom-of-expression-and-peaceful-assembly/>

agem em nome do interesse coletivo dos seus Estados-membros e dos respectivos cidadãos, além da vantagem de conhecerem os problemas que afetam a região e temerem que o conflito em um Estado-membro ocasione uma desestabilização regional. O problema surge quando há discrepâncias e desigualdades internas entre os membros da Organização, como ocorreu com a Líbia.

Na avaliação de Phillip Apuuli Kasaija<sup>88</sup>, os fatos de Muammar Gaddafi ter apoiado, política e financeiramente, alguns governos africanos e de ter sido um dos membros fundadores da União Africana demonstram que a Organização estava fadada a servir aos interesses pessoais do então ditador, o que restou comprovado na tímida atuação da UA na tentativa de gerenciamento da crise de 2011 na Líbia<sup>89</sup>. Some-se a isso, o fato de que 75% do orçamento da Organização vinha de doações do governo líbio<sup>90</sup>.

Outro fator que depôs contra a União Africana na tentativa de mediação foi a ausência de *animus mutandi* entre os líderes da Organização e de diversos países do continente a regimes ditatoriais, como era o caso da Líbia de Muammar Gaddafi, revelando mais do que uma mera cumplicidade entre os países integrantes da UA, mas o temor dos ditadores africanos de que a crise na Líbia e a derrubada do Presidente pudessem gerar um efeito dominó e desestabilizador na região<sup>91</sup>. O terceiro aspecto que pesou contra a atuação da UA na crise líbia foi a ausência de unidade e coesão dentro da Organização em virtude de diversas rivalidades políticas, disputas internas e interesses próprios, o que retardou e até mesmo

<sup>88</sup> Kasaija, Phillip Apuuli. A União Africana (UA), a Crise da Líbia e a noção de 'soluções africanas para os problemas africanos', *Journal of Contemporary African Studies*, 31: 1, 117-138. 2013.

<sup>89</sup> Não se pode deixar de assinalar que a falta de uma conduta pró-ativa por parte dos líderes da UA quando se iniciou a crise na Líbia deixou um caminho aberto para a intensificação dos conflitos e para a atuação direta de Estados estrangeiros e da ONU. Ademais, a mensagem subliminar do apelo, dando a entender que caberia aos insurgentes resignarem-se ao ditador contribuiu para retirar a legitimidade e a credibilidade da Organização perante o Conselho Nacional de Transição na negociação da crise.

<sup>90</sup> Kasaija, Phillip Apuuli. A União Africana (UA), a Crise da Líbia e a noção de 'soluções africanas para os problemas africanos', *Journal of Contemporary African Studies*, 31: 1, 117-138. 2013.

<sup>91</sup> Segundo informações do G1, no ano de 2008, dos 53 países do continente africano havia, pelo menos, 15 com regimes declaradamente autoritários, além de diversas autocracias democráticas ou democracias autoritárias. Disponível em <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL650016-5602,00->

AFRICA+TEM+PELO+MENOS+GOVERNOS+AUTORITARIOS+DIZEM+ESPECIALISTAS.html. Assim, qualquer sinalização da UA no sentido de interceder para a deposição de Gaddafi poderia ser mal interpretada, à nível doméstico e incitar uma crise interna nos Estados-membros da Organização.



dificultou a tomada de decisões<sup>92</sup>. Adicione-se a isso o quarto fator desfavorável consistente na carência de recursos materiais da Organização, como força militar, por exemplo, para intervir na Líbia, seja para resguardar civis ou para atuar no longo processo que se iniciaria de construção da paz<sup>93</sup>.

No tocante à Liga Árabe, vários dos seus Estados-membros tinham relações comerciais com o bloco Ocidental e não mais nutriam laços com a Líbia, cujo mandatário era considerado um pária pela comunidade internacional em decorrência das acusações que pairavam sobre ele, como o patrocínio a ataques terroristas<sup>94</sup>, não tardando para que a Organização reconhecesse a legitimidade do CNT como representante oficial do país. Ademais, o papel da Liga Árabe na crise da Líbia foi mais cooperativo com as Nações Unidas do que proativo, agindo em consonância com as diretrizes da ONU e, não obstante alguns de seus Estados-membros tivessem atuado diretamente nos conflitos, a favor ou contra algumas das partes, a Organização não chegou a tentar gerir a crise, de forma autônoma.

Concernente à Organização das Nações Unidas, as primeiras práticas efetivas de resolução da crise política líbia foram implementadas, em 2014, por Bernardino León, o então Representante Especial do Secretário Geral e chefe da UNSMIL, por meio dos Diálogos Nacionais<sup>95</sup>. Naquela época, tendo em vista a

<sup>92</sup> Vale registrar que países como a Nigéria, Ruanda e Etiópia, que possuíam rivalidades com a Líbia, assim como outros oito Estados-membros, manifestaram apoio ao Conselho Nacional de Transição. Kasaija, Phillip Apuuli. A União Africana (UA), a Crise da Líbia e a noção de 'soluções africanas para os problemas africanos', *Journal of Contemporary African Studies*, 31: 1, 117-138. 2013.

<sup>93</sup> Ibid.

<sup>94</sup> Gaddafi era acusado de patrocinar ataques terroristas, emitindo declarações públicas de inimizades com países Ocidentais, agindo até mesmo por caprichos pessoais, como o incidente diplomático por ele causado com a Suíça em decorrência de abusos cometidos por um de seus filhos naquele país. Brancoli, Fernando. *Primavera Árabe – Praças, Ruas e Revoltas*. Ed. Desatino. 2013.

<sup>95</sup> Na Resolução n° 2.144, de 14 de março de 2014 (S/RES/2144 (2014)), o CSNU apoiou o estabelecimento dos Diálogos Nacionais, ao tempo em que prorrogou o mandato da UNSMIL até 13 de março de 2015, designando-a como uma missão política especial integrada, com ênfase no princípio da titularidade nacional e cuja finalidade era apoiar o governo líbio na efetivação de uma transição política democrática, inclusiva e transparente através de eleições; na promoção do estado de direito e na proteção dos direitos humanos; e no desenvolvimento de uma capacidade de governança.

Na Resolução n° 2.174, de 27 de agosto de 2014, o CSNU não apenas exortou as partes em conflito a aderirem a um cessar-fogo imediato, mas também expressou seu apoio à UNSMIL e ao Representante Especial do Secretário Geral pelas tratativas neste sentido. No ano de 2015, foram aprovadas pelo CSNU quatro Resoluções para a Líbia, prorrogando o mandato da UNSMIL e demonstrando a imperiosidade de uma solução para a crise política no país, mediante a formação de um governo de consenso nacional, por meio de reuniões mediadas pela ONU com representantes políticos e da sociedade, incluindo os chefes das tribos. No texto das Resoluções, foi destacado que os Diálogos Nacionais, mediados pelo Representante Especial do Secretário Geral da ONU e Chefe da UNSMIL respeitavam o princípio da titularidade nacional e a inclusividade. As Resoluções do CSNU n°s 2.213 de 27 de março de 2015 (S/RES/2213/2015) e 2.323 de 13 de dezembro de 2016

situação de instabilidade política em que o país se encontrava quando da aprovação das Resoluções de 2014, pode-se dizer que houve um avanço na participação da Organização na resolução da crise política, creditando-se a assinatura do Acordo Nacional Líbio e a formação do Governo do Acordo Nacional à habilidade de Bernardino León nas reuniões do Diálogo Político Nacional, com participação de delegados líbios, representantes da sociedade civil, dirigentes municipais e líderes de partidos políticos<sup>96</sup>.

A Resolução n° 2434 do CSNU, de 13 de setembro de 2018 (S/RES/2434/2018), solidificou o papel de mediador das Nações Unidas no processo político da Líbia e, em uma menor escala, no setor econômico, destacando a importância do papel central da Organização na tarefa de facilitar uma solução política, liderada e protagonizada pelos próprios líbios, objetivando alcançar segurança, sustentabilidades política e econômica e unidade nacional.

Entretanto, inobstante os esforços da ONU para solucionar a crise política na Líbia, o que se verificou, em todo esse processo, foi que as soluções acabaram sendo temporárias e a inclusividade nas reuniões de mediação não se fez acompanhar de um trabalho de base, concomitante ou prévio, com a população local, salvo os diálogos comunitários promovidos por Ghassam Salamé, que, todavia, não contemplaram grupos armados até mesmo pelas limitações da Organização quanto a esse aspecto. De todo modo, é crucial pontuar que o papel das Nações Unidas para solução da crise líbia não era voltado à construção de uma paz sustentável tendo em vista a singularidade da situação em que o país se encontrava e à natureza do mandato da UNSMIL. Somente a partir da Resolução n° 2542, de 15 de setembro de 2020 (S/RES/2542/2020), o CSNU passou a inserir

---

(S/RES/2323/2016), enfatizaram a função de mediação política da UNSMIL, especificando que a prioridade das tarefas da Missão eram os esforços de mediação em consulta com o Conselho da Presidência do Governo do Acordo Nacional e outras instituições líbias para a aplicação do Acordo Político Líbio; a consolidação dos planos de governança, segurança e economia do Governo do Acordo Nacional, seguindo-se nas etapas posteriores ao processo de transição política até a estabilização do país.

<sup>96</sup> Digno de nota que, em suas Resoluções, o CSNU evidencia que o papel da UNSMIL nas mediações é a facilitação do processo do Diálogo Político inclusivo, que deve ser dirigido pela Líbia, por intermédio de seus representantes reconhecidos pela comunidade internacional, como por exemplo, na Resolução n° 2.362, de 29 de junho de 2017 (S/RES/2362/2017), época em que o Governo do Acordo Nacional era reconhecido internacionalmente como poder legítimo constituído.

comandos acerca do processo de paz na Líbia, deixando de limitar-se apenas à transição política pacífica e democrática.<sup>97</sup>

Em que pesem alguns avanços obtidos no país em decorrência das ações da ONU, falhas e dificuldades não faltaram no seu papel de apoio à transição política pacífica e no processo de construção da paz, esse último a partir de 2020, bem como nos consectários, como a reforma do setor de segurança. Dentre essas falhas e dificuldades, podem-se listar a intervenção direta e indireta de Estados estrangeiros e os seus interesses conflitantes na Líbia (Mezran e Badi, 2020); os fatos de Bernardino León não ter sido mais inclusivo nas conversações que resultaram no Acordo Político Nacional de 2015 por incluir apenas atores políticos de nível nacional e de Ghassan Salamé por não ter incluído, nas reuniões comunitárias, os chefes das principais milícias a fim de decidirem acerca do futuro delas (Samson Agbelengor, 2021); a imposição de prazos por Bernardino León e Martim Kobler fora do contexto da realidade líbia para o cumprimento do Acordo Político Nacional (Samson Agbelengor, 2021); a parcialidade percebida por alguns atores do conflito a respeito de Bernardino León que, ainda durante as reuniões do Diálogo Político Nacional, renunciou às suas funções como Representante Especial do Secretário Geral da ONU e chefe da UNSMIL para assumir um rentável cargo nos Emirados Árabes, que apoiavam um dos lados no conflito (Samson Agbelengor, 2021); a falta de uma força de manutenção de paz das Nações Unidas<sup>98</sup> para desmobilização das milícias, as quais constituíam - e ainda constituem - o apoio armado para as divisões políticas internas (Samson Agbelengor, 2021).

Da análise dos acontecimentos, denota-se que um fator relevante que parece ter impactado, negativamente, o processo de construção da paz na Líbia, encontra-se relacionado com a falta de tratamento adequado do conflito. Mesmo que o apoio à transição política pacífica e democrática no país tenha sido o objetivo primordial

---

<sup>97</sup> Na S/RES/2542 (2020) estabeleceu-se ainda a busca por uma estratégia política ampla e uma maior integração e coordenação estratégica da Missão e dos organismos, fundos e programas da ONU a fim de apoiar o governo interino na estabilização do país. Além disso, no documento, o CSNU solicitou ao Secretário Geral que promovesse um exame estratégico para melhoria da eficiência da estrutura geral da UNSMIL, inclusive, no que respeita à mediação e a gestão do processo de paz.

<sup>98</sup> José Vericat e Mosadek Hobrara advertem que a falta de envio de um componente de manutenção da paz para a Líbia decorreu de uma exigência das autoridades do Conselho Nacional de Transição. Vericat José. Hobrara Mosadek. From the Ground Up: UN Support to Local Mediation in Libya. International Peace Institute. 2018.

da ONU, as narrativas anteriores denotam que faltou às Nações Unidas, muito provavelmente por questões políticas e interferência direta de atores estatais estrangeiros no conflito, a percepção da necessidade de estabelecimento de um processo híbrido de mediação<sup>99</sup>, com apoio e incentivo a trabalhos de mediação local, por meio de uma integração e uma maior comunicação entre suas agências e abrindo mão do protagonismo no processo de resolução do conflito e de construção da paz<sup>100</sup>.

Dentre os Representantes do Secretário Geral da ONU para a Líbia, Bernardino León<sup>101</sup>, Ghassan Salamé<sup>102</sup> e Stephanie Williams<sup>103</sup>, essa como Enviada Especial, foram os que buscaram um contato mais inclusivo, por meio de diálogos abertos, reuniões distritais e fóruns de debates políticos, embora a inclusividade por eles proposta não fosse tão ampla como pareceu ser<sup>104</sup>, por não incluírem grupos de base nem os vulneráveis, deixando de atuar à nível mais local, limitando-se ainda à inclusividade que lhes era permitida, excluindo grupos ilícitos e milícias<sup>105</sup>. Por outro lado, nota-se uma quase ausência de uma interação ou

<sup>99</sup> Lisa Watanabe argumenta que uma solução política sustentável para a crise na Líbia consiste na “*criação de um diálogo facilitado de forma imparcial sobre arranjos do setor de segurança que inclua milícias e um maior acordo entre atores externos com interesses no conflito também serão necessários*”, mesclando, portanto, o subnacional com o internacional para se estabilizar o nacional. Watanabe, Lisa. UN Mediation in Libya: Peace Still a Distant Prospect. CSS Analyses in Security Policy. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Benno Zogg. Nº 246, junho de 2019.

<sup>100</sup> Na Resolução nº 2542 de 2020, o CSNU decidiu “*prorrogar até 15 de setembro de 2021 o mandato da UNSMIL, como missão política especial integrada, em plena conformidade com os princípios da titularidade nacional, para exercer a mediação e, através de seus bons ofícios ”(1), solicitando ao Secretário Geral que, de acordo com as melhores práticas, prepare e encaminhe no mais tardar até 31 de julho de 2021, uma revisão estratégica independente da UNSMIL que inclua o seguinte: i) uma avaliação e recomendações para melhorar a eficiência da estrutura geral da UNSMIL, a priorização de tarefas e a capacidade e eficácia do pessoal, inclusive no que diz respeito à mediação e gestão do processo de paz...(5).*”

<sup>101</sup> Bernardino León, nos Diálogos Políticos que promoveu, conseguiu reunir representantes do Conselho Nacional de Transição, da Câmara de Representantes e do Congresso Geral Nacional.

<sup>102</sup> Ghassan Salamé reuniu-se dezenas de vezes em mais quarenta distritos do país com membros da sociedade respectiva, buscando coletar elementos para a realização de uma Conferência a fim de tratar sobre os pontos abordados nas reuniões, a qual, entretanto, não chegou a ser realizada em razão do ataque das forças de Haftar à capital Trípoli.

<sup>103</sup> Stephanie Williams idealizou o Fórum de Diálogo Político da Líbia, composto por setenta e cinco membros da sociedade líbia, com demografias variadas e liderança dos trabalhos conferida aos líbios sob sua supervisão.

<sup>104</sup> O problema é que essa propalada inclusividade não se fez acompanhar de um trabalho conjunto de base com a população local e grupos vulneráveis, muito embora eles fossem sempre destacados nas resoluções do CSNU.

<sup>105</sup> Nas Resoluções do CSNU no que pertine aos objetivos das ações da UNSMIL para a Líbia, é comum encontrarmos os termos estabilização, transição política pacífica, reestruturação das instituições, da segurança e da economia e inclusividade, principalmente no que tange às mulheres, assim como a preocupação com esse segmento e com os demais grupos vulneráveis. Em sentido semelhante, temos a Resolução nº 2.486 de 12 de setembro de 2019, na qual o CSNU ressaltou a

comunicação entre a UNSMIL e outros organismos, fundos e programas das Nações Unidas para apoiar o governo interino na estabilização do país,<sup>106</sup> salvo algumas ações sociais desenvolvidas pelo PNUD, com ou sem parceria com a UNSMIL, além de esparsos apoios, técnico e logístico, não coordenados de certos membros da Missão de Apoio em alguns trabalhos de mediação local<sup>107</sup>.

No que diz respeito aos atores estatais, desde o início dos protestos da Primavera Árabe, diversos países envolveram-se na crise da Líbia, muitos deles, motivados por interesses próprios no estilo da *realpolitik*. Outros com interesse na fragmentação do Estado e na manutenção da divisão entre oeste e leste, onde situam-se, respectivamente, os pólos do poder político e econômico da Líbia, fomentando os conflitos e alimentando as milícias locais que ajudam a dividir o país e perpetuar o contexto líbio de Estado com soberania minada, crise prolongada e tecido social rompido.

Com relação aos países que buscaram resolver o conflito, abstraindo as questões humanitárias e de boa vontade, o certo é que a crise na Líbia atingia em cheio os países do entorno, como os Estados-membros da União Europeia e os vizinhos fronteiriços da África, tanto no que diz respeito à crise migratória quanto acerca da questão atinente à segurança, principalmente, pela disseminação de células terroristas, que aproveitavam-se do vazio no setor da segurança para dominarem territórios com intenção de estender suas posições para os demais Estados da região.

Em termos de mediação de atores estatais, podem-se destacar os esforços envidados pela França, Alemanha, Itália e Egito, assim como o apoio logístico da Suíça, Tunísia e Marrocos, locais onde realizaram-se diversas reuniões na tentativa de se encontrar uma fórmula para a solução do conflito político e dos confrontos

---

importância do papel central das Nações Unidas na tarefa de facilitar o processo político inclusivo, liderado e protagonizado pelos próprios líbios, incitando todos a trabalharem pela reconciliação nacional.

<sup>106</sup> Essa integração não foi vista, na prática, ao menos no que concerne à Unidade de Apoio à Mediação da ONU, inobstante na Resolução nº 2.542 de 15 de setembro de 2020, o CSNU tenha estabelecido a necessidade de se buscar uma estratégia política ampla e uma maior integração e coordenação estratégica da UNSMIL e dos organismos, fundos e programas das Nações Unidas para apoiar o governo interino na estabilização do país.

<sup>107</sup> José Vericat e Mosadek, Hobrara atribuem a pouca participação da ONU nos processos de mediação local, especialmente, à falta de acesso; insuficiência de recursos, escassez de pessoal e pelo fato da sede da Missão de Apoio estar situada no país vizinho (Túnis, Tunísia) por questões de segurança. Vericat José. Hobrara Mosadek. From the Ground Up: UN Support to Local Mediation in Libya. International Peace Institute. 2018.

militares na Líbia. O acordo negociado pelo presidente francês, Emmanuel Macron, não foi suficiente para resolução da crise política, cabendo ao Egito o mérito da bem-sucedida intermediação do acordo de cessar-fogo, coordenado pela UNSMIL e pela Comissão Conjunta 5+ 5, que já perdura por dois anos, mas sem transição política e com persistência da violência no país. Importante assinalar que as declarações de reconhecimento por Estados estrangeiros acerca da legitimidade de uma ou de outra parte no conflito, resultou na percepção de parcialidade dos atores estatais, inviabilizando diversos resultados promissores nas negociações.

Destarte, o conjunto fático deixa evidenciado que todas as tentativas de mediação internacional, focadas no nível nacional, falharam no seu propósito de estabilização política do país e de construção da paz, demonstrando que a abordagem aplicada não corresponde aos anseios do povo líbio, que até o momento não vivenciou uma mudança positiva no cenário econômico e social do país em função da falta de efetividade das ações e mediações até então tentadas, algumas delas, conseguidas, mas sem resultado prático. Até mesmo os acordos firmados acabaram por gerar dois governos interinos em razão da falta de aceitação dos seus termos, durante a implementação, pelas próprias partes acordantes e principais do conflito, isoladamente ou em conjunto com as facções que as apoiam, não tendo ainda gerado resultado político efetivo ante o fato de que, quase dois anos depois de ter sido celebrado, não há data marcada para o pleito eleitoral.

A complexidade da crise líbia revela que desafios não faltam no processo de construção da paz. Além da transição política pacífica, por meio de eleições livres e justas, é crucial a desmobilização das milícias e o desmantelamento dos grupos extremistas. Obviamente, com relação às milícias mais perigosas há necessidade do aparato de uma força de segurança nacional unificada por um governo central único, que exerça domínio sobre todas as instituições estatais, o que ainda não é possível na Líbia face à existência de dois governos paralelos disputando o poder e usando as milícias nos enfrentamentos armados e nas ameaças

em seu favor ou de governos interinos que não conseguem exercer suas competências em todo o território nacional.

Um terceiro desafio perpassa a questão atinente a uma autêntica inclusividade<sup>108</sup>, que englobe não somente representantes políticos e da sociedade civil, mas também a população de base e os grupos vulneráveis e excluídos. Nesta perspectiva, revela-se salutar a inclusividade de mulheres<sup>109</sup>, jovens e outras categorias sociais no processo de construção da paz na Líbia, o que se perfaz através das práticas de mediação local, que não estão sujeitas às regras e limitações próprias das mediações de âmbito nacional e que conseguem alcançar um maior número de partes envolvidas ou interessadas no conflito, assim como a população local, o que permite o tratamento das causas raízes do conflito.

A própria ONU, por meio do Conselho de Segurança, reconhece a importância da inclusividade, como se vê na Resolução n° 2434, de 13 de setembro de 2018, na qual o CSNU, lastreado no princípio da titularidade nacional, concitou, expressamente, a participação ampla, plena, equitativa e efetiva das mulheres de todos espectros sociais em todas as atividades relacionadas com a transição democrática, a solução de conflitos e a consolidação da paz; na Resolução n° 2486, de 12 de setembro de 2019, por meio da qual o CSNU solicitou à UNSMIL que assistisse o Governo do Acordo Nacional no sentido de garantir a participação plena, efetiva e significativa das mulheres tanto na transição democrática e nas instituições nacionais, incluindo as referentes ao setor de segurança, quanto nas

---

<sup>108</sup> A respeito da inclusividade, interessante registrar a abordagem de Andreas Hirblinger e Dana Landau, os quais defendem que a inclusão deve ser relacional, baseada nas relações materiais, sociais e culturais entre os grupos, por ser mais apta à sensibilidade do contexto em contraponto com a inclusão por categorias fechadas, as quais correm o risco de levantar bandeiras de lutas específicas ou tornar o grupo essencializado apenas um instrumento simbólico dentro de uma agenda internacional preocupada, unicamente, em apresentar uma pauta inclusiva, sem conferir empoderamento ao grupo escolhido Hirblinger, Andreas. Landau, Dana. *Daring to differ? Strategies of inclusion in peacemaking*. Security Dialogue 1–18. 2020. Embora relevante essa constatação, a necessidade de se promover a inclusividade nas mediações locais por categorias de grupos vulneráveis, como mulheres, jovens e minorias étnicas ainda se mostra pertinente para os processos de construção da paz até mesmo porque a categoria “demais grupos vulneráveis” não possuem uma categorização fechada, mas dinâmica de acordo com os contextos locais.

<sup>109</sup> Sobre o tema da participação das mulheres na construção da paz, na Resolução n° 1325, de 31 de outubro de 2000, o CSNU assinalou o importante papel das mulheres na prevenção e resolução dos conflitos e na consolidação da paz, ao estabelecer que deveriam ser empreendidas medidas de apoio às iniciativas de paz por mulheres locais, sublinhando a importância da participação delas nos esforços para a manutenção e promoção da paz e da segurança e no processo decisório referente à prevenção e à resolução de conflitos. Essa perspectiva de gênero se deve ao fato do reconhecimento do impacto que os conflitos armados geram nas mulheres e meninas.

iniciativas de reconciliação; e na Resolução nº 2542, de 15 de setembro de 2020, através da qual o CSNU instou as partes a garantirem a participação plena, igualitária, efetiva e significativa das mulheres em todas as atividades e decisões relacionadas com a transição democrática, a resolução dos conflitos e a consolidação da paz, indo além para reconhecer que o processo político deve incluir todos os líbios, incitando a participação plena, efetiva e significativa dos jovens nas iniciativas de paz. Contudo, apesar da intenção contida nos textos das Resoluções, observa-se que, na prática, a participação da ONU na crise da Líbia, de um modo geral, limitou-se apenas a um projeto de nível político e nacional.



## 4. Um novo olhar para a construção da paz: a experiência líbia com instituições locais

### 4.1. A sociedade líbia e as instituições locais

Independentemente das poucas instituições governamentais existentes na Líbia, o secular sistema tribal do país constitui a forma como a sociedade estrutura-se internamente, sem eliminar sua identidade nacional e sem que isso a torne nômade. Esta linha de pensamento é desenvolvida pelo antropólogo social da London College University, Igor Cherstich<sup>110</sup>, o qual, com lastro em um estudo de campo, por ele feito na Líbia, afirma que as dinâmicas tribais não são estáticas e que as tribos do país podem formar-se também dentro de comunidades urbanas. Além disso, ele afirma que, em função dessa dinâmica, a composição demográfica de uma tribo pode variar, verificando ainda a existência tanto de alianças entre tribos quanto amizade e ajuda mútua entre membros de tribos rivais.<sup>111</sup>

Assim, mesmo diante da existência de identidades nacional, regional e tribal entre os líbios, conforme afirmado por Cherstich, a população é secularmente dividida em clãs, encontrando nas tribos suporte para solução de problemas individuais e comunitários. Digno de nota a observação feita pela pesquisadora líbia, Amal Obeidi, de que, a partir da década de 2000, o sistema tribal começou a ser, paulatinamente, erodido para dar lugar a um sistema nacional<sup>112</sup>. Todavia, a atual realidade mostra que, em que pese o fato de nos primeiros anos da guerra civil líbia a desintegração do Estado tenha desestruturado o sistema de tribos, face a polarização do poder das milícias que acabaram por minar a autoridade dos chefes locais tradicionais, essa estrutura organizacional voltou a funcionar, gradualmente, como única alternativa para a população em decorrência da ausência do Estado. No sistema tribal, as correlações entre executivo e judiciário podem ser comparadas às

---

<sup>110</sup> Cherstich, Igor. Divisiones tribales- causa o efecto. La imposibilidad de Libia de convertirse en una nación no se debe al tribalismo, sino que este adquiere fuerza porque el Estado está totalmente ausente. Disponível em <https://www.iemed.org/publication/divisiones-tribales- causa-o-efecto/?lang=es>. Acessado em 16/06/2022.

<sup>111</sup> Disso conclui-se que o problema líbio não está na base, mas no topo da pirâmide.

<sup>112</sup> Cherstich, Igor. Divisiones tribales- causa o efecto. La imposibilidad de Libia de convertirse en una nación no se debe al tribalismo, sino que este adquiere fuerza porque el Estado está totalmente ausente. Disponível em <https://www.iemed.org/publication/divisiones-tribales- causa-o-efecto/?lang=es>. Acessado em 16/06/2022.

figuras do chefe da tribo e dos anciãos, respectivamente, havendo, em cada uma das comunidades, uma estrutura organizacional mais ou menos semelhante.

Após os anos iniciais do conflito, a população líbia começou um processo de reconciliação e governança horizontal, valendo-se das instituições tradicionais locais, que não deixam de traduzirem-se em uma forma democrática de gestão, conforme se infere dos ensinamentos de León Duguit, o qual esclarece que as doutrinas democráticas são todas aquelas *“que determinam a origem do poder político na vontade coletiva da sociedade submetida a esse poder e que atribuem a legitimidade do mesmo à circunstância de haver sido instituído pela coletividade que rege.”*<sup>113</sup> Jacques Rousseau, alinhado no mesmo pensamento, assevera que *“a teoria da origem popular do poder político concilia-se com todas as formas de governo e a melhor será aquela que se adapte, perfeitamente, ao contexto social a que se refere”*<sup>114</sup>.

Convém, mais uma vez, pontuar que a expressão “forma democrática de gestão” não está sendo aqui usada nos padrões ocidentais, mas sim, em um contexto mais amplo, consubstanciado, neste particular, no reconhecimento dos líbios às suas instituições tradicionais e à forma de constituição de sua sociedade - sistema tribal com uma autoridade central, o Estado -, fator, que por si só, rechaça o argumento da necessidade de tutela e de intervenção estrangeira, alicerçadas no viés hegemônico e universal dos conceitos ocidentais de paz, desenvolvimento, valores, cultura e sistema político-social.

Assim, dentro da estrutura de organização comunitária e secular da Líbia, os Conselhos dos Anciãos funcionam como verdadeiros Tribunais ou Câmaras de Mediação. Constituem uma instituição voltada a dirimir conflitos intratribais ou intracomunitários, utilizando uma forma tradicional de resolução de querelas, consoante a qual as partes buscam a instituição ou são a ela levadas por outros membros da comunidade, nada impedindo, porém, que possam contar com a ajuda de organizações não governamentais que se predisponham a trabalhar junto à comunidade na identificação dos problemas, das partes e das vítimas. De acordo com a tradição cultural do país, os anciãos são pessoas dotadas de legitimidade para

---

<sup>113</sup> Duguit, León. Fundamentos do Direito. Tradução Márcio Pugliese. Editora Ícone. 2ª Edição. 2006.

<sup>114</sup> Ibid.

pautarem reuniões de mediação e conduzi-las, inclusive, por meio de uma atuação mais ativa face à ascendência que detém junto aos membros da comunidade.<sup>115</sup>

Outra instituição local, que goza de legitimidade junto ao povo líbio e que, por tal razão, encontra-se apta a mediar e a solucionar conflitos dentro de um processo de construção da paz sustentável são os Conselhos Municipais, criados pela Lei n° 59 e presididos pelo Prefeito distrital, o qual é eleito pelos membros do próprio Conselho, que, por sua vez, é responsável pela prestação de serviços em nível subnacional. Seus membros são eleitos pela comunidade para um mandato de quatro anos, variando a composição de acordo com a quantidade de habitantes, com previsão de inclusão de, pelo menos, uma mulher em seus quadros.

De acordo com uma detalhada pesquisa realizada, em novembro de 2016, pelo “Center for Insights in Survey Research” do “International Republic Institute”, 55% dos líbios entrevistados creditam legitimidade ao Conselho Municipal; 73% atribuem essa legitimidade ao fato de seus membros serem eleitos; 68% deles gostaria de participar das reuniões do Conselho, embora 69% dos entrevistados tenham pouco ou nenhum conhecimento sobre ele<sup>116</sup>, donde se conclui que uma instituição considerada legítima por grande parte da população encontra-se subutilizada.

Segundo a pesquisa, à título de vantagem comparativa com instituições nacionais, os Conselhos Municipais contam com uma construção de confiança junto à população local, acrescido do fato de seus membros conhecerem os problemas que afligem a comunidade e dialogarem com a mesma linguagem dos moradores do lugar<sup>117</sup>. A desvantagem desses Conselhos seria a pouca qualificação técnica de seus membros acerca das práticas de mediação<sup>118</sup>, o que, em tese, não constituiria

<sup>115</sup> Nas mediações locais em Darfur, no Sudão, por exemplo, os anciãos - Ajaweed - conseguiram firmar e implementar acordos, através do convencimento, por meio de uma pressão moral sobre as partes beligerantes locais, acerca das recomendações, por eles traçadas, respeitando as leis consuetudinárias comunitárias, dentro do acordo mediado. Duursma Allard. Making disorder more manageable: The short-term effectiveness of local mediation in Darfur. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich, Journal of Peace Research 1–14. 2020.

<sup>116</sup> Disponível em <https://www.iri.org/resources/libya-poll-high-confidence-in-legitimacy-of-local-councils-despite-poor-outreach-by-local-governments/>

<sup>117</sup> John Paul Lederach afirma que “a mediação sensível ao contexto cultural e identitário possui grande potencial para promover a transformação dos conflitos e a reconciliação entre as partes em disputa”. Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

<sup>118</sup> Jean-Louis Romanet Perroux et al., “Libyan Local Governance Case Studies.” EU Delegation to Libya. July 2017.

um problema haja vista a possibilidade de utilização dos métodos tradicionais de reconciliação com apoio operacional de grupos locais ou até mesmo de ONG's para identificação da maior gama possível de atores envolvidos nos conflitos, além de eventual busca de apoio técnico junto a componentes civis das Nações Unidas, notadamente, a Unidade de Apoio à Mediação.

Outra instituição líbia local são os Conselhos dos Sábios ou *Majlis al-Hokama*, criados pelo Congresso Geral Nacional, em 2015, para localidades específicas e através de Decretos, servindo como um órgão de mediação e resolução de conflitos, com lastro nas tradições tribais e religiosas. Como o CGN, naquele ano, não possuía mais legitimidade reconhecida, pode-se dizer que essa instituição é tecnicamente informal. Inspirados em sua atividade, existem mais de 100 outros mecanismos de mediação informais na Líbia, com nomes e composição variados, alguns deles compostos por membros da sociedade civil, tais como *Majlis al-Shura*, *Majlis Ishtimai*, *Majlis Kabail*, *Majlis al-Haiy*, *Majlis al Hokama wa al-Shura*, *Majlis al Hokama wa al-Ayan*, *Majlis Mantika*, *Majlis Mahalli*, etc<sup>119</sup>.

#### 4.2. Mediação local e governança horizontal

No que concerne à experiência vivenciada na Líbia com processos locais de construção da paz, a primeira delas, ao menos de conhecimento público, ocorreu durante os Diálogos Comunitários, implementados por Ghassan Salamé, como parte do Plano de Ação para a Líbia por ele apresentado ao CSNU. As reuniões dos Diálogos foram realizadas por meio de uma parceria entre a UNSMIL e o “Centre Humanitarian Dialogue”, com o propósito de encontrar pontos de consenso para serem trabalhados dentro do fragmentado cenário político líbio quando fosse realizada a Conferência Nacional, que nunca chegou a ser realizada face o boicote promovido pelo ex-general Khalifa Haftar, o qual iniciou um ataque a Trípoli, poucos dias antes da data marcada para a Conferência.<sup>120</sup>

A explicação para a pouca efetividade prática dos Diálogos parece estar relacionada com o fato da ONU ter sido a protagonista do Plano de Ação, ainda que em parceria com uma organização não governamental, o que pode ter levado ao

<sup>119</sup> Ibid.

<sup>120</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulam, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes. International Peace Institute, December 2020.

descrédito dessa boa iniciativa. As Nações Unidas tendem a ser vistas sob uma lente de desconfiança em alguns países do Oriente Médio, percebida como uma força de intervenção a serviço do bloco Ocidental, percepção agravada com as intervenções ocorridas no Iraque e no Afeganistão.

Sob essa perspectiva, constata-se que o ataque à Trípoli e a consequente sustação da Conferência Nacional não teriam, por si só, o condão de abortar, permanentemente, essa boa iniciativa. Na Colômbia, por exemplo, mesmo depois da retirada do apoio do governo colombiano aos Diálogos Improváveis, eles continuaram a ocorrer, sob a presidência de um “facilitador” e com ajuda de doadores estrangeiros como a Suécia.<sup>121</sup> Vale ressaltar que no país latino-americano a Missão da ONU não se envolveu diretamente nos Diálogos, limitando-se a fornecer apoio logístico e servir de suporte de comunicação entre os níveis local e nacional.

Adentrando na seara acima, outro fator potencialmente prejudicial para o desiderato dos Diálogos Comunitários na Líbia pode ser atribuído à “parcialidade” das Nações Unidas na crise política. Em outras palavras, as reuniões presididas por um Representante Especial da ONU podem, possivelmente, terem sido vistas pelas partes principais do conflito como uma ameaça pela suposta parcialidade da Organização, a qual declarou, publicamente, apoio ao Governo do Acordo Nacional, enquanto Khalifa Haftar, um dos *spoilers* desse acordo, queria tomar o poder central, através de força militar. Assim, qualquer iniciativa direta das Nações Unidas no sentido de buscar uma reconciliação local poderia ser vista por uma das partes principais do conflito, como uma forma de angariar apoio popular para o governo interino contestado, fator que pode ter contribuído para a inviabilidade desse plano de ação.

De qualquer forma, alheios às tentativas de mediação empreendidas pelas Organizações internacionais e atores estatais e em meio a uma prolongada disputa política nacional, geradora de insegurança para a população, os cidadãos líbios estão, cada vez mais, valendo-se de suas estruturas tradicionais, sejam elas formais ou informais, por meio de mediadores locais para resolução de disputas e promoção da paz. Um dos exemplos de mediação local informal com resultado positivo foi promovida por anciãos das Montanhas Nafusa, situadas ao noroeste da Líbia, os

---

<sup>121</sup> Ibid.

quais mediarão disputas entre milícias rivais, evitando mais uma escalada de violência no país.<sup>122</sup> Acrescente-se a isso, que as instituições locais estão implementando uma governança horizontalizada junto à população, preenchendo, desta forma, o vazio deixado pela ausência do Estado.

Estudos realizados em 2017 pela “European Union Delegation to Libya” mostram que instituições e indivíduos de destaque na comunidade vêm promovendo mediações locais, intra e interdistritais, envolvendo cessação de disputas, de contrabandos de migrantes e reconciliação, podendo ser verbais ou materializadas em “Cartas Sociais”, que são assinadas por autoridades locais e valem tanto para acordos intra quanto interdistritais, tudo isso empreendido através dos Conselhos Municipais, Conselhos Tribais, Conselhos de Sábios, Conselhos dos Anciãos, Conselho de Dignatários, Comitês de Reconciliação, líderes religiosos, notáveis da cidade e ativistas da sociedade civil<sup>123</sup>. Os estudos ainda revelam que, dentre as instituições referidas, os Conselhos dos Sábios e os Conselhos Municipais foram criados por lei, diferindo das demais instituições tradicionais seculares.

A “European Union Delegation to Libya” coletou diversas práticas de mediação local e de governança horizontal empreendidas em várias comunidades líbias, como mediação implementada por Comitês de Reconciliação, resolvendo disputas entre moradores, milícias e órgãos de segurança do governo e promovendo reconciliações e acordos de paz, alguns deles já assinados com os distritos de Zoltan, Jmail e Riddalin (distrito de Zuwara); práticas de desmobilização de milícias e reintegração de milicianos mediante oferta de emprego em setores de segurança<sup>124</sup> promovidas pelo Conselho Municipal (distrito de Zliten); criação pelo Conselho Municipal em parceria com a Comissão da Sociedade Civil local de um Fundo de Apoio a Trabalhos Voluntários para atuação na proteção do meio

<sup>122</sup> Boutellis, Arthur, Mechoulam, Delphine, Zahar, Marie-Joëlle. Parallel Tracks or Connected Pieces? UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes. International Peace Institute, December 2020.

<sup>123</sup> Quanto aos ativistas da sociedade civil, eles só participam como protagonistas desses processos de mediação local quando as comunidades ou tribos locais são coesas. Perroux, Jean-Louis Romanet et al. Libyan Local Governance Case Studies. EU Delegation to Libya. July/2017.

<sup>124</sup> William Zartman denomina esse tipo de estratégia como “oportunidades mutuamente atrativas” (*mutually enticing opportunities*). Zartman, William. Amadurecimento do Conflito. Para além do impasse mutuamente insustentável. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016. Assim, as autoridades locais conseguem reduzir a violência e os integrantes dos grupos armados reinserem-se na sociedade com emprego e salário garantidos.

ambiente e na melhoria das condições de vida da comunidade, incluindo a saúde emocional, com atendimento a milhares de pacientes acometidos por traumas e distúrbios psicológicos em decorrência das guerras civis (distrito de Misrata); parceria firmada entre o Conselho Municipal e a Universidade Omar al-Mokhtar para alojamento de deslocados internos e fornecimento de *expertise* a fim de melhor administrar a cidade, assim como uma Campanha de Reconciliação, promovida por chefes tribais e sábios, no ano de 2013, entre os familiares das vítimas dos protestos de 2011 e os militares das forças de segurança do regime de Gaddafi, resultando na libertação de policiais e militares, com a anuência das famílias das vítimas e de suas respectivas tribos, objetivando pôr um fim no ciclo das divisões e ressentimentos locais (distrito de Bayda).

Depreende-se do estudo feito pela “European Union Delegation to Libya” que alguns Conselhos Municipais líbios vêm funcionando como verdadeiros órgãos judiciário e executivo. Muitos deles funcionam como Câmara de Mediação e Arbitragem, já tendo resolvido inúmeros litígios de propriedade, contando com o reconhecimento de suas decisões pelos tribunais locais. Eles ainda arrecadam contribuições da comunidade com o intuito de gerar receita e prestar serviços, tais como, saneamento, reformas de escolas, hospitais, mercado público, servindo também para garantir estabilidade e ordem locais<sup>125</sup>.

No mesmo sentido, José Vericat e Mosadek Hobrara<sup>126</sup> assinalam que nas vilas e cidades líbias em que ocorreram iniciativas de mediação e formas de governança local, a que eles se referem como “ilhas de estabilidade subnacionais”, a anarquia nacional deixou de exercer impactos negativos. Eles citam que, no ano de 2015, por exemplo, acordos intercomunitários, promovidos e monitorados por chefes tribais e líderes comunitários<sup>127</sup> conseguiram conter operações de uma poderosa milícia. Convém, no entanto, retratar que, excepcionalmente, nem todas as mediações locais visaram reconciliação; algumas delas limitavam-se apenas a

<sup>125</sup> Perroux, Jean-Louis Romanet et al. Libyan Local Governance Case Studies. EU Delegation to Libya. July/2017.

<sup>126</sup> Vericat José. Hobrara Mosadek. From the Ground Up: UN Support to Local Mediation in Libya. International Peace Institute. 2018.

<sup>127</sup> As comunidades envolvidas no acordo foram Gharyan e al Asab'a, Zawya e Wershafana, Zintan e Sabratha, Zintan e Zawya, Zintan e Gharyan, e Zintan e Kikla. Vericat José. Hobrara Mosadek. From the Ground Up: UN Support to Local Mediation in Libya. International Peace Institute. 2018.

questões de segurança, buscando desescalar o conflito ou obter acordos de cessar-fogo (Vericat e Hobrara, 2018).

Destarte, a conclusão a que se chega é que, alguns anos depois dos primeiros confrontos armados, o conflito líbio, no nível local, atingiu o que William Zartman denomina de “amadurecimento do conflito”<sup>128</sup> pelo fato da população local, nela incluídos civis, vítimas e beligerantes, ter se dado conta de que, para continuar a existir como comunidade, precisava encontrar, por si própria, um meio de coesão, por intermédio de uma autêntica reconciliação entre os seus respectivos membros. Essa percepção corresponde a um dos elementos que o próprio Zartman atribui como fundamental para o êxito de uma mediação, isto é, o *Way Out* (WO)<sup>129</sup>, que consiste, basicamente, na vontade de se buscar um caminho alternativo para sair da catástrofe ocasionada pelo conflito.

De fato, as duas guerras civis deixaram os líbios sem saída nas áreas econômica, social e de segurança e, com o Estado fragilizado e ausente, eles não tinham - como ainda não têm - outro caminho a não ser promover o desbaratamento de milícias locais, associado a promoção de práticas de governança que visem reestruturar as suas respectivas comunidades nas áreas sensíveis referidas<sup>130</sup>. Assim, cada comunidade, a seu tempo, vem adotando mecanismos de reconciliação e implementação de práticas de governança horizontal, em níveis local e subnacional, que são os que encontram-se ao alcance da população.

A reestruturação das comunidades locais, por meio da governança horizontal, que vem ocorrendo gradualmente na Líbia, mostra-se de suma importância também para o processo de construção da paz, na medida em que, como

<sup>128</sup> Zartman, I. W., The Timing of Peace Initiatives: Hurting Stalemates and Ripe MomentS. School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University. The Global Review of Ethnopolitics Vol. 1, no. 1, September 2001, p.1 - 11.

<sup>129</sup> William Zartman afirma que: *as partes não precisam ser capazes de identificar uma solução específica, apenas um senso de que uma solução negociada é possível para a busca e que a outra parte compartilha desse senso e da vontade de buscar também*” (tradução livre). ZARTMAN, I. W., The Timing of Peace Initiatives: Hurting Stalemates and Ripe MomentS. School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University. The Global Review of Ethnopolitics Vol. 1, no. 1, September 2001, p.1 - 11.

<sup>130</sup> Raymond Cohen descreve a versão de Richard Haass sobre o amadurecimento como sendo o momento em que encontram-se presentes “*circunstâncias favoráveis para o progresso das negociações ou mesmo a solução do conflito*”. Cohen, Raymond. Aspectos culturais da mediação internacional. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016



defendido por Kalevi Holsti, a boa governança ajuda o homem, canalizando-o para um processo político, o que impacta, positivamente, na prevenção da violência.<sup>131</sup>

Outro elemento, adicionado à formulação original da teoria de Zartman para mediações eficazes, qual seja, uma liderança forte e representativa para as partes<sup>132</sup>, também encontra-se presente no contexto local líbio, representado pelos *insider mediators*, pessoas da comunidade, dotadas de credibilidade, legitimidade e ascendência sobre seus concidadãos, suficientes para garantir que as tratativas de um acordo de paz sejam percebidas, de forma positiva, pelas partes a fim de que ele possa ser firmado e devidamente implementado.

Por fim, os acontecimentos relatados indicam que os *insider mediators* líbios estão vislumbrando a possibilidade de, como afirma Lederach, cultivar<sup>133</sup> processos de construção e solidificação da paz, através de mudanças construtivas, ainda que em meio às crises porque, em última análise, acabaram por adaptarem-se aos altos e baixos das prolongadas guerras civis, além de virem demonstrando predisposição para o acompanhamento e o monitoramento das mediações realizadas e das práticas de governança local<sup>134</sup>. Assim, lembrando a abordagem de Lederach, vale enfatizar que:

(...) cultivar é reconhecer que, em última análise, o processo de mudança deve ser assumido, abraçado e sustentado pelas pessoas nesses contextos (...) em favor da sabedoria da adaptação e uma orientação para apoiar o processo de mudança através de altos e baixos, fluxos e refluxos de violência e descongelamento de tensões, quer a situação pareça madura ou não (...) as atividades de conciliação são sobre presença contínua, constância de disponibilidade e regularidade de conexão.

<sup>131</sup> Holsti, KJ. O Estado, a Guerra e o Estado de Guerra. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

<sup>132</sup> Nas palavras de William Zartman, “a presença de uma liderança forte reconhecida como representativa de cada parte e que possa garantir o cumprimento do acordo por essa parte é uma condição necessária (embora insuficiente) para que negociações produtivas comecem ou terminem com sucesso” (tradução livre). Zartman, I. W., The Timing of Peace Initiatives: Hurting Stalemates and Ripe Moments. School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University. The Global Review of Ethnopolitics Vol. 1, no. 1, September 2001, p.1 - 11.

<sup>133</sup> Lederach, John Paul. Cultivating Peace: a Practitioner's View of Deadly Conflict and Negotiation. In: Darby, John. Mac Ginty, Roger. Contemporary Peacemaking Conflict, Peace Processes and Post-war Reconstruction. Second Edition. Pallgrave Macmillan. 2008, pg. 36-44.

<sup>134</sup> Jean-Louis Romanet Perroux et al., “Libyan Local Governance Case Studies.” EU Delegation to Libya. July 2017.

## 5. Conclusão

A mediação internacional, que comumente é dirigida ao nível nacional, mesmo que intermediada por Estados neutros, pertencentes ao mesmo bloco do país em conflito ou pela alta cúpula das Nações Unidas ainda se reveste das noções clássicas dos estudos de Segurança e Resolução de Conflitos, voltados a atender aos interesses geopolíticos internacionais e das elites domésticas, consubstanciados em arranjos que passam ao largo dos anseios de grande parte da população. Nesse tipo de mediação, a falta de depuração das causas raízes dos conflitos, muitas delas que remontam à própria formação anômala e colonialista dos novos Estados, é o que leva à recorrência dos confrontos armados, ocasionando guerras civis prolongadas, que, por vezes, a depender do grau de fragmentação e polarização social, podem resultar na perda da autoridade do governo central, minando a soberania estatal.

Mesmo a mediação implementada por agências especializadas da ONU, como a Unidade de Apoio à Mediação ou dentro do processo de *peacebuilding* desenvolvido pelas Missões de Paz, não se presta sozinha a tratar os conflitos armados contemporâneos, apesar de desempenhada por especialistas em mediação ou em operações de construção da paz, pois o enfoque utilizado ainda possui uma lente eurocêntrica voltada para a paz liberal, sendo que, muitas vezes, esse tipo de paz não se coaduna com as tradições e a cultura do país em conflito.

Neste cenário, é que surge a mediação local como uma alternativa e, por vezes, uma complementariedade ao processo de construção da paz, consistindo em uma forma de mediação na qual se prioriza o tratamento das causas-raízes dos conflitos, focando não somente nos atores beligerantes, mas também em uma ampla inclusividade e na legitimidade dos mediadores. Ela pode ser apoiada por organizações não governamentais, preferencialmente, locais ou regionais, como um meio de suporte na fase preliminar dos processos de mediação local, reunindo diversas partes do conflito e pessoas da comunidade, inclusive, os integrantes de grupos armados numa tentativa de levá-los a participar das atividades de construção da paz. Uma das maiores vantagens desse tipo de mediação é poder trabalhar com a linha de base, constituída pela população local, que são as maiores vítimas dos confrontos armados e os maiores interessados na resolução dos

conflitos, possibilitando o tratamento das causas raízes e evitando a recorrência dos confrontos.

Convém observar que a efetividade da mediação local depende do grau de inclusividade e da legitimidade dos mediadores, os quais precisam ser pessoas portadoras de credibilidade na sociedade. Ademais, as mediações guiadas por atores legítimos locais tendem a seguir as regras e as tradições do lugar, o que gera uma maior aceitação do processo e do acordo firmado por parte dos membros da comunidade e uma melhor implementação desse acordo. Contudo, urge pontuar que as diversas mediações locais, ainda que bem-sucedidas, precisam interligarem-se em um nível subnacional, sob pena de prejudicar eventual acordo de paz de cunho nacional e até mesmo para sustentá-lo na fase do pós-conflito.

Os meios de construção da paz por mediação local são ricos e variados, sendo propícia a utilização de instituições locais formais, como os Conselhos de Anciãos, Conselhos de Sábios, Conselhos Tribais, Conselhos Municipais, Conselho de Dignatários, Comitês de Reconciliação, tribunais locais ou qualquer outro mecanismo informal, sempre respeitando a cultura e as tradições do lugar e o protagonismo dos *insider mediators* em função da credibilidade e legitimidade deles junto à comunidade.

Não se pode deixar de considerar também que o apoio técnico e logístico de agências especializadas das Nações Unidas, de Organizações intergovernamentais regionais ou não governamentais e, quando possível, do governo central integram o conjunto de fatores facilitadores desses processos. Some-se a isso o trabalho desenvolvido, previamente, por meio de Diálogos Intra e Intercomunitários, de grupos de trabalho compostos por membros da sociedade civil, principalmente por mulheres e jovens na identificação dos problemas locais e do maior número possível de atores beligerantes, visando conferir sustentabilidade ao longo processo de construção da paz.

Importante assinalar que as agências locais são as mais propícias a promoverem uma reconciliação entre os membros da comunidade e intercomunitária, além de formar uma sociedade civil, coesa e participativa, capaz de desenvolver uma governança horizontal, que, longe de representar uma ameaça ao Estado, serve para fortalecê-lo por meio de um poder legítimo e soberano, apto a desempenhar seu papel, que não se resume,

na contemporaneidade, apenas a garantir segurança aos cidadãos, mas também a promover a paz interna através de uma governança inclusiva, legítima e eficaz.

Neste diapasão, urge salientar acerca da conveniência de se incluir mulheres, jovens, demais grupos marginalizados e até mesmo integrantes de grupos armados nas reuniões dos Diálogos Intra e Intercomunitários a fim de se evitar o erro da seletividade da inclusão, próprio dos processos de nível nacional. Outrossim, essa parcela da população tem muito a contribuir por compreender a dinâmica e as queixas dos excluídos, que, em algum momento, acabam eclodindo em revoltas. Nesta perspectiva, convém que a governança vertical seja apoiada por uma governança horizontal que englobe todos os grupos, incluindo os mais vulneráveis, sob a direção de líderes políticos ou religiosos locais, chefes tribais, anciãos ou qualquer outra liderança que reflita a tradição e os costumes do lugar, não sendo exagerado afirmar que a construção da paz no nível subnacional pode gerar resultados significativos no âmbito nacional.

Uma análise da crise líbia, ainda em andamento, nos revela que o cerne da dificuldade de sua resolução reside, basicamente, na existência de um conflito, cuja origem é interna, mas que ultrapassa as fronteiras nacionais, alimentado por interesses políticos, econômicos e militares de Estados estrangeiros em benefício próprio. Internamente, as disputas são lastreadas em divergências seculares de natureza regionalista e identitária, originadas de divisões étnico-religiosas, extremamente agravadas pelo descontrole desencadeado por duas guerras civis, a fragmentação do governo central e a formação de inúmeras e desordenadas milícias.

Ainda no caso estudado, a mediação, exclusivamente, internacional, empreendida pela ONU e pelas OI's regionais, além das promovidas por atores estatais, agindo na parcialidade que convinha aos seus próprios interesses, revelou que a mediação construída, cotidianamente, de baixo para cima e protagonizada por lideranças legítimas locais, com base na cultura e tradições do lugar é o modelo que melhor atende aos comandos insculpidos na Carta da ONU para resolução pacífica de controvérsias em conflitos armados considerados intratáveis e com divisões internas de natureza identitária. Observa-se, ademais, que em Estados devastados por conflitos prolongados, nos quais a soberania interna é afetada, torna-se primordial o restabelecimento da unicidade do governo central e de uma identidade nacional, trabalhadas de forma *down-up*, por meio

dos esforços de mediação local que busquem tratar, profundamente e de maneira multifocal, as causas raízes do conflito, muitas delas afloradas pelas guerras civis.

Outrossim, a realidade extraída do estudo de caso e de outras práticas destacadas ao longo do trabalho, leva-nos a concluir que o processo local de construção da paz, inicialmente intracomunitário, consegue surtir efeitos mais amplos a partir de etapas progressivas, passando para o nível intercomunitário até chegar ao nacional. Acrescente-se ainda que a reconciliação nacional, a (re)construção de uma identidade nacional, o fortalecimento da coesão social nacional<sup>135</sup>, a unicidade do governo central e, por consequência, o restabelecimento da soberania interna pressupõe uma prévia reconciliação e coesão social nos níveis local e subnacional.

Por fim, imperioso salientar que tanto a mediação internacional quanto a local têm espaço na gestão de solução de crises e de construção da paz, o que Mac Ginty qualifica de construção da paz hibridizada<sup>136</sup>. Com relação à mediação internacional, um adendo a ser feito é que, para que sua efetividade seja sentida a longo prazo, a ela convém deixar de limitar-se à abordagem das questões geopolíticas de interesse apenas nacional, passando a utilizar uma lente voltada também para os interesses locais e subnacional até mesmo porque, mesmo que a paz possa ser, excepcionalmente, construída de cima para baixo, ela só pode ser mantida de baixo para cima, por meio do trabalho contínuo de tratamento das causas raízes que originam as disputas e os conflitos. Conclui-se, do exposto, que o processo de construção da paz sustentável é fruto de um trabalho metodológico, consciente do valor do local e da inclusividade social como ferramentas úteis para uma governança de efeitos positivos e para um processo de mediação de paz com resultados satisfatórios a longo prazo, que nada mais é do que a paz sustentável<sup>137</sup>.

---

<sup>135</sup> Erin McCandless apresenta um estudo sobre a importância da coesão social para a formação de contratos sociais resilientes, examinando a coesão social tanto horizontal quanto verticalmente, por meio de três domínios: (1) pertencimento e identificação; (2) confiança e respeito; e (3) acesso, participação e representação. O autor sustenta ainda que a coesão social é considerada um condutor independente para a paz. Erin McCandless (2020) *Resilient Social Contracts and Peace: Towards Needed Reconceptualization*, *Journal of Intervention and Statebuilding*, 14:1, 1-21.

<sup>136</sup> Mac Ginty, R. *International Peacebuilding and Local Resistance: Hybrid Forms of Peace*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

<sup>137</sup> Erin McCandless aponta que há três elementos centrais para construção da paz sustentável, quais sejam, acordos políticos inclusivos que abordem questões centrais dos conflitos; instituições inclusivas e eficazes e coesão social. *Resilient Social Contracts and Peace: Towards Needed Reconceptualization*, *Journal of Intervention and Statebuilding*, 14:1, 1-21.

## 6. Referências bibliográficas

A REFERÊNCIA. **Em negociação, líderes da Líbia concordam em realizar eleições em 18 meses.** 12/11/2020. Disponível em <<https://areferencia.com/africa/em-negociacao-lideres-na-libia-concordam-em-realizar-eleicoes-em-18-meses/>>. Acessado em 16/06/2022.

ABUSHAGUR, Mustafa AG. **Can there be a peaceful solution for Libya's Conflict?** May 9, 2019. Disponível em <<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/can-there-be-a-peaceful-solution-for-libya-s-conflict/>>. Acessado em 18/06/2022.

ACERVO ESTADÃO. **Muammar Kadafi: 10 anos da morte do ditador que dominou a Líbia por 42 anos.** 20/10/2021. Disponível em <<http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,muammar-kadafi-10-anos-da-morte-do-ditador-que-dominou-a-libia-por-42-anos,70003874440,0.htm>>. Acessado em 16/06/2022.

AFP. **ONU propõe nomes para formar governo de união nacional na Líbia.** 09/10/2015. Disponível em <<https://esportes.yahoo.com/noticias/onu-prop%C3%B5e-nomes-formar-governo-uni%C3%A3o-nacional-l%C3%ADbia-140826778.html>>. Acessado em 13/06/2022.

AGBELENGOR, Samson Confidence. **Can the United Nations Deepen Mediation Effectiveness in Libya?** 07/03/2021. Disponível em <<https://www.e-ir.info/2021/03/07/can-the-united-nations-deepen-mediation-effectiveness-in-libya/>>. Acessado em 09/12/2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Líderes da Líbia estabelecem em Paris um acordo de cessar-fogo.** 25/07/2017. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-07/lideres-da-libia-estabelecem-em-paris-um-acordo-de-cessar-fogo>>. Acessado em 13/06/2022.

AL GHWELL, Hafed; MEZRAN, Karim. **Rewriting the rules of mediation and conflict resolution: The Libyan Political Dialogue Forum.** Atlantic Council, fevereiro/2021. Disponível em <<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/rewriting-the-rules-of-mediation-and-conflict-resolution-the-libyan-political-dialogue-forum/>>. Acessado em 16/06/2022.

ALHARATHY, Safa. **Intelligence confirm presence of regular Russian troops near Al-Jufra Airbase.** Disponível em <<https://www.libyaobserver.ly/news/intelligence-confirm-presence-regular-russian-troops-near-al-jufra-airbase>>. Acessado em 16/06/2022.

AMIM, Samir. **?Primavera Árabe? El Mundo Árabe em La Larga Duración.** El Viejo Topo. 2011.

AMNISTIA INTERNACIONAL. **Libia: Las Fuerzas Armadas Árabes Libias están “reprimiendo brutalmente” la libertad de expresión y de reunión pacífica.** 19/04/2022. Disponível em <<https://www.amnesty.org/es/latest/news/2022/04/libya-the-laaf-is-brutally-crushing-freedom-of-expression-and-peaceful-assembly/>>. Acessado em 16/06/2022.

AMNISTIA INTERNACIONAL. **Líbia: o drama dos civis apanhados na batalha de Trípoli.** 22/10/2019. Disponível em: <<https://www.amnistia.pt/libia-o-drama-dos-civis-apanhados-na-batalha-de-tripoli/>>. Acessado em 16/06/2022.

AMNISTIA INTERNACIONAL. Informe 2017/2018. **O Estado dos direitos humanos no mundo.** Publicado em 2018. Disponível em <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Informe-anual-2017-18.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Informe-anual-2017-18.pdf)>. Acessado em 16/06/2022.

ANSA BRASIL. Mundo. **Congresso Geral Nacional elege novo Primeiro- Ministro da Líbia.** Disponível em <[https://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/mundo/noticias/2014/08/25/Congresso-Geral-Nacional-elege-novo-primeiro-ministro\\_7998769.html](https://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/mundo/noticias/2014/08/25/Congresso-Geral-Nacional-elege-novo-primeiro-ministro_7998769.html)>. Acessado em 16/06/2022.

AUTESERRE, Séverine. **International peacebuilding and local success: Assumptions and effectiveness.** International Studies Review 19(1), p. 114–132. 2017.

BACKER, David. **Factoring transitional justice into the quality peace equation.** In: Joshi, Madhav. Wallenstein, Peter. Understanding Quality Peace. Peacebuilding After the Civil War. 2018.

BARKAWI, Tarak. LAFFEY, Mark. **The postcolonial moment in security studies.** Review of International Studies. 32, 329-352. 2006.

BAUMANN, Jonas. CLAYTON, Govinda. **Mediation in Violent Conflict. CSS Analyses in Security Policy.** Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Christian Nünlist. N. 211, June 2017.

BBC NEWS. **Líder do CNT quer lei islâmica como base do novo governo da Líbia.** 23/10/2011. Disponível em <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/10/111023\\_libia\\_libertacao\\_atualiza\\_c](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/10/111023_libia_libertacao_atualiza_c)>. Acessado em 16/06/2022.

BBC NEWS. **Por que a Líbia volta a ser tomada pela guerra civil.** 09/04/2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47870201>>. Acessado em 16/06/2022.

BBC NEWS. **Profile: Libyan Prime Minister Ali Zeidan.** 10/10/2013. Disponível em <<https://www.bbc.com/news/world-africa-24472356>>. Acessado em 16/06/2022.

BERCOVITCH, Jacob. **A mediação em conflitos internacionais. Panorama teórico e revisão das práticas.** In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

BOUTELLIS, Arthur; MECOULAN, Delphine; ZAHAR, Marie-Joëlle. **Parallel Tracks or Connected Pieces?: UN Peace Operations, Local Mediation, and Peace Processes**. International Peace Institute., 2020.

BRANCOLI, Fernando. **Primavera Árabe: praças, ruas e revoltas**. Ed. Desatino. 2013.

BROWNLEE, Jason. Masoud, Tarek. Reynolds, Andrew. **The Arab Spring. Pathways of repression and reform**. Oxford University Press. 2015.

BUTLER, Michael J. **International Conflict Management**. Routledge, pg.64-79. London. 2009.

CASQUEIRO, Javier. **Uma tentativa frustrada de golpe de Estado agrava o caos na Líbia**. El País, Internacional, 19/05/2014. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/19/internacional/1400494137\\_728248.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/19/internacional/1400494137_728248.html)>

CENTRE FOR HUMANITARIAN DIALOGUE. Disponível em <<https://www.hdcentre.org/>>. Acessado em 16/06/2022.

CHERSTICH, Igor. **Divisiones tribales- causa o efecto. La imposibilidad de Libia de convertirse en una nación no se debe al tribalismo, sino que este adquiere fuerza porque el Estado está totalmente ausente**. Disponível em <<https://www.iemed.org/publication/divisiones-tribales- causa-o-efecto/?lang=es>>. Acessado em 16/06/2022.

COHEN, Raymond. **Aspectos culturais da mediação internacional**. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. **Mediação Internacional**. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

COLLOMBIER, Virginie. **Dialogue, Mediation and Reconciliation in Libya's Local Conflicts In: Inside Wars Local Dynamics of Conflicts In Syria and Libya**. Edited by Narbone, Luigi. Favier, Agnès. Collombier, Virginie. European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, Middle East Directions. 2016.

CONVERGNE, Elodie. **Learning to Mediate? The Mediation Support Unit and the Production of Expertise by the**. Journal of Intervention and Statebuilding. 2015.

CORREIO DO BRASIL. **Enviado da ONU para Líbia renuncia a um mês de eleições**. 23/11/2021. Disponível em <<https://www.correiodobrasil.com.br/enviado-onu-libia-renuncia-um-mes-eleicoes/>>. Acessado em 16/06/2022.

DARBY, John; MAC GINTY, Roger (Ed.). **Contemporary peacemaking: conflict, peace processes and post-war reconstruction**. Second Edition. Palgrave Macmillan, 2008.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Conflito. **Governo paralelo da Líbia se retira da capital após combates**. 17/05/2021. Disponível em <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2022/05/governo-paralelo-da-libia-se-retira-da-capital-apos-combates.html>>. Acessado em 16/06/2022.



DIREITOS CIVIS. **Guerra Civil Líbia (2014–presente)**. Disponível em <<https://direitoscivis493140049.wordpress.com/2018/04/25/guerra-civil-libia-2014-presente/>>. Acessado em 16/06/2022.

DJAZIRI, Moncef. **La ONU y la transición conflictiva en Libia**. Disponível em <<https://www.iemed.org/publication/la-onu-y-la-transicion-conflictiva-en-libia/?lang=es>>. Acessado em 16/06/2022.

DUGUIT, León. **Fundamentos do Direito**. Tradução Márcio Pugliese. Editora Ícone. 2ª Edição. 2006.

DUURSMA, Allard. **Making disorder more manageable: The short-term effectiveness of local mediation in Darfur**. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich, Journal of Peace Research 1–14. 2020.

DÜZ, Zehra Nur. **Grupos armados em el sur de Libia declaran su apoyo al Gobierno**. AA, 09/06/2020. Disponível em <<https://www.aa.com.tr/es/mundo/grupos-armados-en-el-sur-de-libia-declaran-su-apoyo-al-gobierno/1870044>>. Acessado em 16/06/2022.

DW. **Forças rivais na Líbia assinam cessar-fogo**. 23/10/2020. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/for%C3%A7as-rivais-na-l%C3%ADbia-assinam-cessar-fogo/a-55379697>>. Acessado em 16/06/2022.

DW. **Governos rivais da Líbia chegam a acordo de cessar-fogo**. 25/07/2017. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/governos-rivais-da-l%C3%ADbia-chegam-a-acordo-de-cessar-fogo/a-39833622>>. Acessado em 16/06/2022.

DW. **Líbia: Autoridade eleitoral propõe adiar eleições para 24 de janeiro**. 22/12/2021. Disponível em <<https://amp.dw.com/pt-002/l%C3%ADbia-autoridade-eleitoral-prop%C3%B5e-adiar-elei%C3%A7%C3%B5es-para-24-de-janeiro/a-60223959>>. Acessado em 16/06/2022.

DW. **Milícias rebeldes ameaçam tomar Trípoli**. 05/04/2019. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/mil%C3%ADcias-rebeldes-amea%C3%A7am-tomar-tr%C3%ADpoli/a-48221358>>. Acessado em 16/06/2022.

EL PAÍS. **La ONU evacúa su misión en Libia ante aumento de la violencia**. 14/07/2014. Disponível em <[https://elpais.com/internacional/2014/07/14/actualidad/1405374006\\_278519.html](https://elpais.com/internacional/2014/07/14/actualidad/1405374006_278519.html)>. Acessado em 16/06/2022.

ELGSTROM, Ole; BERCOVITCH, Jacob; SKAU, Carl. **Organizações regionais e mediação internacional. A eficácia dos mediadores endógenos**. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

ESTADÃO. Internacional. **Conselho de Segurança da ONU apoia plano de paz acertado na Líbia**. 27/07/2017. Disponível em:

<<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-seguranca-da-onu-apoia-plano-de-paz-acertado-na-libia,70001909625>>. Acessado em 16/06/2022.

ESTADO DE MINAS. Internacional. **Parlamento líbio retoma diálogo promovido pela ONU**. 02/03/2015. Disponível em:

<[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2015/03/02/interna\\_internacional,623428/parlamento-libio-retoma-dialogo-promovido-pela-onu.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2015/03/02/interna_internacional,623428/parlamento-libio-retoma-dialogo-promovido-pela-onu.shtml)>. Acessado em 16/06/2022.

ESTADO DE MINAS. Nações Unidas. **Enviado da ONU para a Líbia está disposto a ficar no cargo para as eleições, apesar de renúncia**. 24/11/2021. Disponível em

<[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/11/24/interna\\_internacional,1325528/enviado-da-onu-para-a-libia-esta-disposto-a-ficar-no-cargo-para-as-eleicoes.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/11/24/interna_internacional,1325528/enviado-da-onu-para-a-libia-esta-disposto-a-ficar-no-cargo-para-as-eleicoes.shtml)>. Acessado em 16/06/2022.

FIRCHOW, Pamina. **Reclaiming Everyday Peace: Local Voices in Measurement and Evaluation After War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

FISK, Robert et al. **Arab Spring. Then and now: From hope to despair**. Mango Media Miami. The Independent. Mango Publishing Group. 2016.

FITZGERALD, Mary. **Los actores externos en el conflicto líbio. Países como Catar, Emiratos o Egipto han desempeñado un papel fundamental en Libia, hasta tal punto que se habla de una guerra indirecta regional**. Disponível em

<<https://www.iemed.org/publication/los-actores-externos-en-el-conflicto-libio/?lang=es>>. Acessado em 16/06/2022.

FOLHA DE S. PAULO. África. **Líbia adia eleição a dois dias de votação; cresce temor de novos conflitos entre facções**. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/amp/mundo/2021/12/libia-adia-eleicao-a-dois-dias-de-votacao-cresce-temor-de-novos-conflitos-entre-faccoes.shtml>>. Acessado em 16/06/2022.

FOLHA DE S. PAULO. Oriente Médio. **Forças reconhecidas pela ONU e rebeldes assinam cessar fogo na Líbia**. 23/10/2020. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/forcas-reconhecidas-pela-onu-e-rebeldes-assinam-cessar-fogo-na-libia.shtml>>. Acessado em 13/06/2022.

FRETTER, Judith. **Organizações internacionais e gestão de conflitos. A ONU e a mediação de conflitos internacionais**. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

GALTUNG, Johan. **Violence, Peace, and Peace Research**. Journal of Peace Research, vol. 6, no. 3, 1969, pp. 167–91. JSTOR, Disponível em

<<http://www.jstor.org/stable/422690>>. Acessado em 20 de julho de 2022>. Acessado em 13/06/2022.

GONZÁLEZ, Miguel. **Exteriores promueve a Bernardino León como enviado de la ONU para Libia**. El País, 04/08/2014. Disponível em <[https://elpais.com/politica/2014/08/04/actualidad/1407164756\\_381087.html](https://elpais.com/politica/2014/08/04/actualidad/1407164756_381087.html)>. Acessado em 16/06/2022.

GONZÁLEZ, Miguel. **La ONU nombra a Bernardino León enviado para Libia**. El País, Internacional, 09/08/2014. Disponível em <[https://elpais.com/internacional/2014/08/09/actualidad/1407596716\\_732470.html](https://elpais.com/internacional/2014/08/09/actualidad/1407596716_732470.html)>. Acessado em 16/06/2022.

GROSFOGUEL, Ramón. **The structure of knowledge in westernized universities: epistemic racism/sexism and the four genocides/epistemicides of the long 16th century**". In: Journal of the Sociology of Self-Knowledge, v.XI, issue 1, 2013, p.73-90. Traduzido por Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. In: Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

HADDAD, Saïd. **Las milicias en la nueva guerra civil libia. Desde la caída de la Yamahiriya, las milicias son a la vez adversarios del poder político y de su brazo armado y fuerzas que ayudan a ese poder en el ámbito de la seguridad**. Disponível em <<https://www.iemed.org/publication/las-milicias-en-la-nueva-guerra-civil-libia/?lang=es>>. Acessado em 16/06/2022.

HERZ, Mônica; SIMAN, Maíra; DRUMOND, Paula **Religião e mediação. O papel dos atores religiosos em conflitos internacionais**. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

HERZ, Mônica; SIMAN, Maíra; DRUMOND, Paula. **A mediação internacional. Atores e casos**. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

HERZ, Mônica; SIMAN, Maíra; DRUMOND, Paula. **Debates contemporâneos e tópicos especiais em mediação internacional**. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

HIRBLINGER, Andreas; LANDAU, Dana. **Daring to differ? Strategies of inclusion in peacemaking**. Security Dialogue, 1–18. 2020.

HOLSTI, KJ. **O Estado, a Guerra e o Estado de Guerra**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2013: Libya. Events of 2012**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2013/country-chapters/libya>>. Acessado em 16/06/2022.

IRI. International Republican Institute. **Libya Poll: High Confidence in Legitimacy of Local Councils, Despite Poor Outreach by Local Governments**. 09/11/2016. Disponível em: <<https://www.iri.org/resources/libya-poll-high-confidence-in-legitimacy-of-local-councils-despite-poor-outreach-by-local-governments/>>. Acessado em 29/06/2022.

IRI. International Republican Institute. **New Poll of 15 Libyan Municipalities Shows Support for Councils, Concerns over Service Delivery**. 15/05/2019. Disponível em: <<https://www.iri.org/resources/new-poll-of-15-libyan-municipalities-shows-support-for-councils-concerns-over-service-delivery/>>. Acessado em 29/06/2022.

ISTO É DINHEIRO. Giro. **ONU prolonga sua missão política na Líbia por três meses**. 29/04/2022. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/onu-prolonga-sua-missao-politica-na-libia-por-tres-meses/>>. Acessado em 16/06/2022.

ISTOÉ DINHEIRO. Giro. **Forças do governo tomam última posição de Haftar no oeste da Líbia**. 05/06/2020. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/forcas-do-governo-tomam-ultima-posicao-de-haftar-no-oeste-da-libia/>>. Acessado em 16/06/2022.

JOHN, Anthony Wanis-St; GHAI, Suzanne. **International Conflict Resolution: Form Practice to Knowledge and Back Again**.

JORNAL DE ANGOLA. Mundo. **Enviado da ONU na Líbia anuncia pedido de demissão**. 05/03/2020. Disponível em: <<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/enviado-da-onu-na-libia-anuncia-pedido-de-demissao/>>. Acessado em 16/06/2022.

JOSHI, Madhav; LEE, Sung Yong; MAC GINTY, Roger. **Just how liberal is the liberal peace?** International Peacekeeping, v. 21, n. 3, p. 364-389, 2014.

JOSHI, Madhav; QUINN, Jason Michael. **Implementing the Peace: The Aggregate Implementation of Comprehensive Peace Agreements and Peace Duration after Intrastate Armed Conflict**. British Journal of Political Science 47, no. 4 (2017): 869–892.

JOSHI, Madhav; WALLENSTEEN, Peter. **Understanding quality peace: introducing the five dimensions**. In: Understanding Quality Peace. Peacebuilding After Civil War. Edited by Madhav Joshi and Peter Wallensteen. New York, NY: Routledge, 2018.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars. Organised Violence in a Global Era**. Third Edition. Polity Press. 2012. UK.

KASAIJA, Phillip Apuuli. **A União Africana (UA), a Crise da Líbia e a noção de 'soluções africanas para os problemas africanos'**. Journal of Contemporary African Studies, 31: 1, 117-138. 2013.

KEW, Darren; JOHN, Anthony Wanis-St. **Civil society and peace negotiations: Confronting exclusion**. International Negotiation, v. 13, n. 1, p. 11-36, 2008.

KRIESBERG, Louis. **The Conflict Resolution Field. Origins, Growth, and Differentiation**. Published in Peacemaking In International Conflict Methods & Techniques. Revised Edition. I. William Zartman. Editor. United States Institute of Peace. Washington, DC. 2007.

KRIESBERG, Louis. **Tipos de mediação e de mediadores nas relações internacionais**. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

LE JOURNAL DE L'AFRIQUE. África hoje. **Líbia: a saída de Jan Kubis é a das Nações Unidas?** 24/11/2021. Disponível em: <<https://lejournaldelafrigue.com/pt/libye-le-depart-de-jan-kubis-est-il-celui-des-nations-unies/?q=%2Fpt%2Fafrique-daujourdhui%2Flibye-le-depart-de-jan-kubis-est-il-celui-des-nations-unies%2F>>. Acessado em 16/06/2022.

LE JOURNAL DE L'AFRIQUE. África hoje. **Na Líbia, o enviado especial da ONU, Jan Kubis, sozinho contra todos**. 09/07/2021. Disponível em: <<https://lejournaldelafrigue.com/pt/en-libye-lenvoye-special-de-lonu-jan-kubis-seul-contre-tous/?q=%2Fpt%2F%C3%81frica-hoje%2Fna-L%C3%ADbia%2C-o-enviado-especial-de-lonu-jan-kubis-sozinho-contratodos%2F>>. Acessado em 29/06/2022.

LEDERACH, John Paul. **Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies**. Washington: United States Institute of Peace Press. 1997.

LEDERACH, John Paul. **Cultivating Peace: a Practitioner's View of Deadly Conflict and Negotiation**. In: Darby, John. Mac Ginty, Roger. Contemporary Peacemaking Conflict, Peace Processes and Post-war Reconstruction. Second Edition. Pallgrave Macmillan. 2008, pg. 36-44.

LEDERACH, John Paul. **Little Book of Conflict Transformation**. Skyhorse Publishing. 2014.

LEDERACH, John Paul; MAIESE, Michelle. **Conflict Transformation: A circular journey with a purpose. Conflict transformation: Three lenses in one frame. New Routes: a journal of peace research and action**. The Life & Peace Institute, v. 14, p. 7-10, 2009.

LEÓN, Bernardino. **Solo mediante el acuerdo y la negociación puede salvarse Libia**. AFKAR/IDEAS, otoño de 2015.

LIBYAN MUNICIPAL COUNCIL RESEARCH. International Republican Institute's Center for Insights in Survey Research. April 14 to May 24, 2016

LIMA, José Antônio Geraldes Graziani Viera. **Irmandade Muçulmana: da Fundação à Derrubada de Mubarak**. Tensões Mundiais, Fortaleza, V. 14, n. 27, p. 167-190. 2018.

LUSA. Diário de Notícias. **Líbia: França reafirma apoio a Sarraj e apela a cessar-fogo**. 08/05/2019. Disponível em <<https://www.dn.pt/lusa/libia-franca-reafirma-apoio-a-sarraj-e-apela-a-cessar-fogo-10876259.html>>. Acessado em 16/06/2022.

MAC GINTY, Roger. **Governance and negotiations: whose quality standards?** In: Joshi, Madhav. Wallensteen, Peter. Understanding Quality Peace. Peacebuilding After Civil War. 2018.

MAC GINTY, Roger. **Hybrid peace: The interaction between top-down and bottom-up peace**. Security dialogue, v. 41, n. 4, p. 391-412, 2010.

MAC GINTY, Roger. **Indigenous peace-making versus the liberal peace. Cooperation and conflict**, v. 43, n. 2, p. 139-163, 2008.

MAC GINTY, Roger. **International Peacebuilding and Local Resistance: Hybrid Forms of Peace**. Basingstok: Palgrave Macmillan, New York. 2011.

MAC GINTY, Roger; RICHMOND, Oliver P. **The local turn in peace building: A critical agenda for peace**. Third world quarterly, v. 34, n. 5, p. 763-783, 2013.

MAC GINTY, Roger; SANGHERA, Gurchathen. **Hybridity in peacebuilding and development: An introduction**. Journal of Peacebuilding & Development, v. 7, n. 2, p. 3-8, 2012.

MAC GINTY, Roger; WILLIAMS, Andrew. **Conflict and development**. Second Edition. Routledge, 2016.

MASCHIETTO, Roberta Holanda. **International peacebuilding vs. local perceptions of peace: Encounters and Misencounters**. Conjuntura Global. Fevereiro/2017. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/313503574>>. >. Acessado em 13/06/2022.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. Editora Forense. 13ª Edição. 2020.

MCCANDLESS, Erin. **Resilient social contracts and peace: Towards a needed reconceptualization**. Journal of Intervention and Statebuilding, v. 14, n. 1, p. 1-21, 2020.

MEDDEB, Hamza. **Smugglers, Tribes and Militias: The Rise of Local Forces in the Tunisia-Libyan Border Region**. In: Inside Wars Local Dynamics of Conflicts In Syria and Libya. Edited by Narbone, Luigi. Favier, Agnès. Collombier, Virginie. European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, Middle East Directions. 2016.

MEMO. Monitor Do Oriente Médio. Criando Novas Perspectivas. **Exército da Líbia controla linhas de suprimento da milícia de Haftar**. 12/06/2020. Disponível em: <<https://www.monitordooriente.com/20200612-exercito-da-libia-controla-linhas-de-suprimento-da-milicia-de-haftar/>>. Acessado em 13/06/2022.

MEMO. Monitor Do Oriente Médio. Criando Novas Perspectivas. **Khalifa Haftar: O ex-exilado que quer governar a Líbia**. 11/06/2020. Disponível em: <<https://www.monitordooriente.com/20200611-khalifa-haftar-o-ex-exilado-que-quer-governar-a-libia/>>. Acessado em 13/06/2022.

MEMO. Monitor Do Oriente Médio. Criando Novas Perspectivas. **ONU adia votação para estender missão na Líbia**. 28/01/2022. Disponível em: <<https://www.monitordooriente.com/20220128-onu-adia-votacao-para-estender-missao-na-libia/>>. Acessado em 16/06/2022.

MEMO. Monitor Do Oriente Médio. Criando Novas Perspectivas. **Potências internacionais declaram apoio ao plano do Egito para a Líbia**, 9 de junho de 2020. Disponível em <<https://www.monitordooriente.com/20200609-potencias-internacionais-declaram-apoio-ao-plano-do-egito-para-a-libia/>>. Acessado em 13/06/2022.

MEMO. Monitor Do Oriente Médio. Criando Novas Perspectivas. **União Europeia apela por cessar fogo na Líbia**. 10/06/2020. Disponível em: <<https://www.monitordooriente.com/20200610-uniao-europeia-apela-por-cessar-fogo-na-libia/>>. Acessado em 10/06/2022.

MEZRAN, Karim. BADI, Emadeddin. **Libyan ceasefire agreement faces hurdles due to foreign intervention**. Atlantic Council. 05/11/2020. Disponível em <<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/libyan-ceasefire-agreement-faces-hurdles-due-to-foreign-intervention/>>. Acessado em 09/12/2021.

MIDDLE EAST EYE. **Libya burns as politicians and militia groups vie for control**. 12/02/2015. Disponível em: <<https://www.middleeasteye.net/fr/news/politicians-and-militia-groups-vye-control-battle-torn-libya-99372368>>. Acessado em 16/06/2022.

MIDDLE EAST EYE. **Libya's previous parliament reconvenes, appoints Omar al-Hasi as PM**. 12/02/2015. Disponível em: <<https://www.middleeasteye.net/fr/news/libyas-previous-parliament-reconvenes-appoints-omar-al-hasi-pm-1557617867>>. Acessado em 16/06/2022.

MILLAR, Gearoid. **Disaggregated hybridity and the institutional-experiential divide in peacebuilding: Why hybrid institutions do not produce predictable experiences of peace**. Journal of Peace Research 51, não. 4 (2012): 501-514.

MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES, UNIÓN EUROPEA Y COOPERACIÓN. **Comunicado conjunto sobre Libia**. 23/09/2016. Disponível em: <[https://www.exteriores.gob.es/ca/Comunicacion/Comunicados/Paginas/2016\\_COMUNICADOS/20160923\\_COMU269.aspx](https://www.exteriores.gob.es/ca/Comunicacion/Comunicados/Paginas/2016_COMUNICADOS/20160923_COMU269.aspx)>. Acessado em 16/06/2022.

NACIONES UNIDAS. Centro Regional de Información. **Libia se encuentra a un paso de la guerra civil y amenaza a toda la región**. Disponível em: <<https://unric.org/es/libia-se-encuentra-a-un-paso-de-la-guerra-civil-y-amenaza-a-toda-la-region/>>. Acessado em 16/06/2022.

NACIONES UNIDAS. Noticias ONU. **La UNSMIL busca apoyo de la comunidad internacional para un Gobierno de Acuerdo Nacional en Libia**. 26/08/2015. Disponível em: <<https://news.un.org/es/story/2015/08/1337861>>. Acessado em 16/06/2022.

NACIONES UNIDAS. United Nations Security Council. **Resoluciones**. Disponível em: <<https://www.un.org/securitycouncil/es/content/resolutions>>. Acessado em 29/06/2022.

NAÇÕES UNIDAS. ONU News. **Ban diz que acordo na Líbia é oportunidade para “construção do Estado”**. 09/10/2015. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2015/10/1527741-ban-diz-que-acordo-na-libia-e-oportunidade-para-construcao-do-estado>>. Acessado em 16/06/2022.

NAÇÕES UNIDAS. ONU News. **Conselho de Segurança da ONU debate situação na Líbia**. 05/11/2015. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2015/11/1530831-conselho-de-seguranca-da-onu-debate-situacao-na-libia>>. Acessado em 16/06/2022.

NAÇÕES UNIDAS. ONU News. **Em Berlim, Guterres diz que conflito na Líbia testa credibilidade internacional**. 19/01/2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/01/1701101>>. Acessado em 29/06/2022.

NAÇÕES UNIDAS. ONU News. **Fórum de Diálogo Político escolhe primeiro-ministro de transição da Líbia**. 05/02/2021. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/02/1740772>>. Acessado em 29/06/2022.

NAÇÕES UNIDAS. ONU News. **Guterres: “cooperação com a Liga dos Estados Árabes é fundamental”**. 13/06/2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676251>>. Acessado em 16/06/2022.

NAÇÕES UNIDAS. ONU News. **ONU saúda acordo para “cessar-fogo duradouro e bem-sucedido” na Líbia**. 23/10/2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/10/1730522>>. Acessado em 16/06/2022.

NAÇÕES UNIDAS. ONU News. **Representante da ONU saúda formação do governo de unidade na Líbia**. 19/01/2016. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2016/01/1538231-representante-da-onu-sauda-formacao-do-governo-de-unidade-na-libia>>. Acessado em 29/06/2022.

NARBONE, Luigi. **The Local Dynamics of Conflicts in Syria and Libya**. In: Inside Wars Local Dynamics of Conflicts In Syria and Libya. Edited by Narbone, Luigi. Favier, Agnès. Collombier, Virginie. European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, Middle East Directions. 2016.

NARBONE, Luigi; FAVIER, Agnès. **Collombier, Virginie. Inside wars. What lessons can be learned when looking at the local dynamics of conflicts in Syria and Libya?** In: Inside Wars Local Dynamics of Conflicts In Syria and Libya. Edited by Narbone, Luigi. Favier, Agnès. Collombier, Virginie. European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, Middle East Directions. 2016.

NASCER DO SOL. Internacional. **Líbia. Governo de Trípoli receia ofensiva militar de senhor da guerra**. 04/04/2019. Disponível em: <<https://sol.sapo.pt/artigo/652580/libia-governo-de-tripoli-receia-ofensiva-militar-de-senhor-da-guerra>>. Acessado em 13/06/2022.



NATHAN, Laurie. **Sob pressão. A mediação no âmbito de guerras civis na África.** In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

NOGUEIRA, André. **General declara que assumirá o poder na Líbia contra regime acordado pela ONU.** 28/04/2020. Disponível em <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/general-declara-que-assumira-o-poder-na-libia-contra-regime-acordado-pela-onu.phtml>>. Acessado em 16/06/2022.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais.** Elsevier Editora, 22a Ed. 2005.

O GLOBO. Mundo. **Comandante líbio descarta cessar-fogo em encontro com Macron.** 22/05/2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/comandante-libio-descarta-cessar-fogo-em-encontro-com-macron-23686204>>. Acessado em 16/06/2022.

O GLOBO. Mundo. **Da France Presse. Premiê líbio diz que sofreu tentativa de golpe de Estado com sequestro.** 11/10/2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2013/10/premie-libio-diz-que-sofreu-tentativa-de-golpe-de-estado-com-sequestro.html>>. Acessado em 16/06/2022.

O'REILLY, Marie; SÚILLEABHÁIN, Andrea Ó. **A relevância da participação das mulheres em mediação de conflitos.** In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

OPERA MUNDI. Política e Economia. **Líbia decide não realizar eleições legislativas e presidenciais em 2022.** 07/02/2022. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/amp/politica-e-economia/73125/libia-decide-nao-realizar-eleicoes-legislativas-e-presidenciais-em-2022>>. Acessado em 16/06/2022.

PAFFENHOLZ, Thania. **Unpacking the local turn in peacebuilding: a critical assessment towards an agenda for future research.** Third World Quarterly, 36:5, 857-874. 2015.

PANAPRESS. **Comissão Militar Conjunta 5+5 na Líbia abre em Sirtes.** 21/06/2021. Disponível em: <[https://www.panapress.com/Comissao-Militar-Conjunta-55-na-a\\_630692850-lang4-free\\_news.html](https://www.panapress.com/Comissao-Militar-Conjunta-55-na-a_630692850-lang4-free_news.html)>. Acessado em 13/06/2022.

PENTIKÄINEN, Antti. **Reforming UN Mediation through inclusion of traditional peacemakers.** Development Dialogue. 2015.

PERROUX, Jean-Louis Romanet et al. **Libyan Local Governance Case Studies.** EU Delegation to Libya. July/2017

PRESSE, France. **A Líbia, um país rico em petróleo e marcado por tradições tribais.** G1. Mundo, 24/02/2011. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/02/a-libia-um-pais-rico-em-petroleo-e-marcado-por-tradicoes-tribais-1.html>>. Acessado em 16/06/2022.

PRESSE, France. AFP - Agence. **Sirte, de reduto de ditador a abrigo de jihadistas na Líbia.** Diário de Pernambuco, 05/02/2016. Disponível em <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2016/02/sirte-de-reduto-de-ditador-a-abrigo-de-jihadistas-na-libia.html>>. Acessado em 13/06/2022.

PRESSE, France. **Liga Árabe se reúne no Cairo para discutir crise líbia; pressão ao regime Kadhafi continua.** G1. Mundo, 12/03/2011. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/03/liga-arabe-se-reune-no-cairo-para-discutir-crise-libia-pressao-ao-regime-kadhafi-continua.html>>. Acessado em 16/06/2022.

PUBLIC OPINION SURVEY: FIFTEEN MUNICIPALITIES OF LIBYA. International **Republican Institute's Center for Insights in Survey Research.** December 31, 2018-January 31, 2019.

RADIO VATICANO. **Fayez al Sarraj e Khalifa-Haftar para um acordo de paz na Líbia.** 27/07/2017. Disponível em: <[http://www.archivioradiovaticana.va/storico/2017/07/27/fayez\\_al\\_sarraj\\_e\\_khalifa-haftar\\_para\\_um\\_acordo\\_de\\_paz\\_na\\_l%C3%ADbia/pt-1327331](http://www.archivioradiovaticana.va/storico/2017/07/27/fayez_al_sarraj_e_khalifa-haftar_para_um_acordo_de_paz_na_l%C3%ADbia/pt-1327331)>. Acessado em 16/06/2022.

RAINERI, Luca; IVASHCHENKO-STADNIK, Kateryna; PETROV, Roman. **Responding to Hybridity in an Unstable Neighborhood: The Efficiency of the EU State-centric Approach to the Crisis in Libya and Ukraine.** Kyiv-Mohyla Law and Politics Journal 6 (2020): 1–25. National University of Kyiv-Mohyla Academy. Dezembro 2020.

RAMSBOTHAM, Oliver; MIAL, Hugh; WOODHOUSE, Tom. **Contemporary Conflict Resolution.** The prevention, management and transformation of deadly conflicts. Polity Press. Second Edition. 2009.

RANDAZZO, Elisa. **The paradoxes of the ‘everyday’: scrutinising the local turn in peace Building.** Third World Quarterly. 2016.

REUTERS. **Governo líbio apoiado pela ONU irá para Trípoli em poucos dias, diz premiê.** 17/03/2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/libia-onu-tripoli-idBRKCN0WJ355>>. Acessado em 16/06/2022.

REUTERS. **Presidente da Turquia discute cessar-fogo na Líbia durante visita surpresa à Tunísia.** 25/12/2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/turquia-libia-encontro-idLTAKBN1YT008>>. Acessado em 16/06/2022.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público.** Curso Elementar. Editora Saraiva Júnior. 17ª Edição. 2018.

ROCHA José Pascal da. **Inclusion of Civil Society into Track 1 Peace Processes: Experiences.** Approaches and Participatory processes.

SALVADOR, Susana. **Macron tenta solução para caos que Sarkozy ajudou a criar na Líbia**. Diário de Notícias, 27/07/2017. Disponível em <<https://www.dn.pt/mundo/macron-tenta-solucao-para-caos-que-sarkozy-ajudou-a-criar-na-libia-8666236.html>>. Acessado em 16/06/2022.

SECURITY COUNCIL REPORT. **Briefing and Consultations on Libya and Briefing on Security Challenges in the Mediterranean Region**. 15/11/2017. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2017/11/briefing-and-consultations-on-libya-and-briefing-on-security-challenges-in-the-mediterranean-region.php>>. Acessado em 16/06/2022.

SECURITY COUNCIL REPORT. **Chronology of Events**. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/chronology/libya.php>>. Acessado em 16/06/2022.

SECURITY COUNCIL REPORT. **Libya** Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/libya/>>. Acessado em 16/06/2022.

SECURITY COUNCIL REPORT. **Libya**. 14/06/2011. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2011/06/libya-au-ad-hoc-committee.php>>. Acessado em 16/06/2022.

SECURITY COUNCIL REPORT. **Libya: Adoption of a Resolution Welcoming the Libyan Political Agreement**. 23/12/2015. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2015/12/adoption-of-a-resolution-on-libya.php>>. Acessado em 16/06/2022.

SECURITY COUNCIL REPORT. **Resolution Renewing UNSMIL's Mandate**. 10/09/2015. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2015/09/resolution-renewing-unsmils-mandate.php>>. Acessado em 16/06/2022.

SECURITY COUNCIL REPORT. **UN Documents for Libya**. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/libya/>>. Acessado em 16/06/2022.

SPUTNIK BRASIL. **Confrontos na Líbia causam 'perdas catastróficas' de petróleo no país**. 18/06/2018. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/20180618/libia-confrontos-petroleo-perdas-catastrofe-11503979.html>>. Acessado em 13/06/2022.

TAMKIN, Emily. **Quem é Khalifa Haftar, líder do Exército Nacional Líbio**. Folha de S. Paulo. The Washington Post. 07/04/2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/quem-e-khalifa-haftar-lider-do-exercito-nacional-libio.shtml>>. Acessado em 13/06/2022.

TAULBEE, James Larry; CRECKMORE JR., Marion V. **A mediação por ONGS. O Centro Carter**. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

TOLEDO, Áureo. COSTA, Karla. **Hibridismo, Resistência, Povo: um diálogo entre Ernesto Laclau e Homi Bhabha**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 6, n. 2, 201-218. 2021.

TOLEDO, Áureo; FACCHINI, Julia. **Da transformação de conflitos a paz híbrida: uma análise das ideias de John Paul Lederach e Roger Mac Ginty**. Rev. Bras. Est. Def. v. 4, nº 2, jul./dez. 2017, p. 153-174.

TOUVAL, Saadia. **Dilemas éticos da mediação internacional**. In: Herz, Mônica. Siman, Maíra. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

UNITED NATIONS GUIDANCE FOR EFFECTIVE MEDIATION. 2012.

UNITED NATIONS. **Anunciadas nomeações para governo de unidade no diálogo sobre a Líbia**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2015/10/1527731-anunciadas-nomeacoes-para-governo-de-unidade-no-dialogo-sobre-libia>>. Acessado em 16/06/2022.

UNITED NATIONS. **Com eleições canceladas, ONU pede respeito à vontade do povo líbio**. 23/12/2021. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/12/1774702>>. Acessado em 16/06/2022.

UNITED NATIONS. **Mediador confirma continuação de diálogo sobre a Líbia**. 21/10/2015. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2015/10/1529091-mediador-confirma-continuacao-de-dialogo-sobre-libia>>. Acessado em 16/06/2022.

UNITED NATIONS. **Missão das Nações Unidas na Líbia tem novo chefe**. 04/11/2015. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2015/11/1530671>>. Acessado em 13/06/2022.

UNITED NATIONS. **Nações Unidas destacam avanços para a paz na Líbia**. 21/10/2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/10/1730312>>. Acessado em 13/06/2022.

UNITED NATIONS. **Negociadores líbios chegam a consenso sobre parte do acordo**. 14/09/2015. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2015/09/1524251-negociadores-libios-chegam-consenso-sobre-parte-do-acordo>>. Acessado em 16/06/2022.

UNITED NATIONS. **Outreach Programme on the Rwanda Genocide and the United Nations**. 2014. Disponível em [www.unictr.org](http://www.unictr.org) or [www.un.org/preventgenocide/rwanda](http://www.un.org/preventgenocide/rwanda). Acessado em 16/06/2022.

UNITED NATIONS. **Secretary-General unveils leaders of new UN support mission to Libya**. 19/09/2011. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2011/09/387222-secretary-general-unveils-leaders-new-un-support-mission-libya>>. Acessado em 16/06/2022.

UNITED NATIONS. **Security Council Press Statement on Libya**. 27/10/2020. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2020/sc14339.doc.htm>>. Acessado em 16/06/2022.

UNITED NATIONS. **United Nations Support Mission in Libya**. Disponível em: <<https://unsmil.unmissions.org/>>. Acessado em 16/06/2022.

UOL. AFP. **Crise na Líbia se acentua com dois primeiros-ministros rivais**. 22/02/2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/02/11/crise-na-libia-se-acentua-com-dois-primeiros-ministros-rivais.htm>>. Acessado em 16/06/2022

UOL. Notícias. **Gaddafi morreu após ser capturado, revela relatório do Human Rights Watch...** 16/10/2012... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2012/10/16/hrw-apresenta-provas-de-execucao-de-kadhafi.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2012/10/16/hrw-apresenta-provas-de-execucao-de-kadhafi.htm>. Acessado em 16/06/2022.

VATICAN NEWS. **Nova conferência internacional sobre a Líbia em Paris**. 14/11/2021. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2021-11/conferencia-libia-paz-paris.html>>. Acessado em 29/06/2022.

VEJA. Mundo. **Forças líbias pró-governo retomam Sirte do Estado Islâmico**. 05/12/2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/forcas-libias-pro-governo-retomam-sirte-do-estado-islamico/>>. Acessado em 13/06/2022.

VEJA. Mundo. **Primeiro-ministro da Líbia é libertado após sequestro**. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/mundo/primeiro-ministro-da-libia-e-libertado-apos-sequestro/>>. Acessado em 16/06/2022.

VERICAT, José S.; HOBRARA, Mosadek. **From the Ground Up: UN Support to Local Mediation in Libya**. International Peace Institute., 2018.

WATANABE, Lisa. **UN Mediation in Libya: Peace Still a Distant Prospect. CSS Analyses in Security Policy**. Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Editor: Benno Zogg. N° 246, junho de 2019.

WRIGHT, Walter A. **John Paul Lederach: A Peacebuilder Bibliography**. Setembro, 2014. Disponível em <<https://www.mediate.com/john-paul-lederach-a-peacebuilder-bibliography/>>. Acessado em 20/08/2022.

ZARTMAN, I. W. **The Timing of Peace Initiatives: Hurting Stalemates and Ripe Moments**. School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University. The Global Review of Ethnopolitics Vol. 1, no. 1, September 2001, p. 1 - 11.

ZARTMAN, William. **Amadurecimento do Conflito. Para além do impasse mutuamente insustentável**. In: Herz, Mônica. Siman, Máira. Drumond, Paula. Mediação Internacional. Editora Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

ZARTMAN, William; TOUVAL, Saadia. **International Mediation**. In: Crocker, C. A., Hampson, F. O. & AALL, P. (Ed.). *Leashing the Dogs of War – Conflict Management in a Divided World*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press, 2007. 800 p.

ZARTMAN, William; TOUVAL, Saadia. **International Mediation: Conflict Resolution and Power Politics**. *Journal of Social Issues*, Vol. 41, No. 2, 1985, pp. 27-45